



Universidade Federal de Santa Catarina
Curso de Pós-Graduação em Administração - CPGA/UFSC
Programa de Expansão de Curso de Mestrado em Administração
Mestrado em Administração - Turma Especial Universidade do Amazonas

DISSERTAÇÃO

A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS E AS
NECESSIDADES INFORMACIONAIS DA ÁREA FINANCEIRA: A VISÃO DE
GESTORES FINANCEIROS DE EMPRESAS DO POLO ELETROELETRÔNICO DA
ZONA FRANCA DE MANAUS

Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares

Professora Ilse Maria Beuren , Dra. - Orientadora

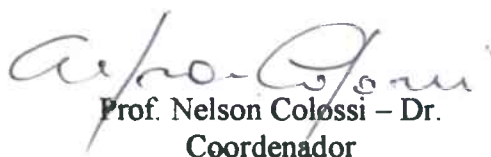
Dissertação Submetida como Requisito
para Obtenção do Grau de Mestre

Florianópolis - SC, dezembro de 1998.

A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS E AS
NECESSIDADES INFORMACIONAIS DA ÁREA FINANCEIRA: A VISÃO DE
GESTORES FINANCEIROS DE EMPRESAS DO POLO ELETROELETRÔNICO DA
ZONA FRANCA DE MANAUS

Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Administração (Área de Concentração: Política e Gestão Institucional) e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.



Prof. Nelson Colossi – Dr.
Coordenador

Apresenta junto à comissão examinadora, integrada pelos professores:



Ilse Maria Beuren, Dra
Presidente



Paulo Cesar Maya
Membro



Rudimar Antunes da Rocha
Membro

Florianópolis - SC, dezembro de 1998.

A DEUS
mentor de todo o universo

À AFRÂNIO e ANA,
meus pais que tanto deram-me força

À CARLA
esposa e cúmplice de todos os momentos

AGRADECIMENTOS

O autor agradece especialmente as instituições e pessoas abaixo relacionadas, que contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade:

- A Fundação Universidade do Amazonas e ao Curso de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina;
- Professora Msc. Luiza Maria , pelo apoio e colaboração no decorrer do curso;
- Ao professor Msc. Afrânio de Amorim Francisco Soares Filho pelas dicas valorosas para a conclusão deste trabalho
- A todos os funcionários, supervisores, gerentes e diretores das empresas do polo eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus pela colaboração e confiança depositada neste trabalho;
- Ao Professor Dr. Nelson Colossi, pela eficiente condução dos trabalhos no CPGA;
- Aos funcionários do CPGA/UFSC, pela atenção e paciência;
- À Professora Dra. Ilse Maria Beuren, pela orientação durante todo este trabalho;
- A todos os colegas do Curso de Mestrado em Administração, cujo convívio tornou mais agradável e estimulante a realização deste ;
- Todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

RESUMO

A adequação de informações contábeis constitui-se em um problema a ser pensado e resolvido pelos profissionais que trabalham com pesquisa na área. A informação contábil é evidenciada de forma obrigatória, através da Lei 6.404/76, Atos normativos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários e Regulamento do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, e deve ser adaptada de modo a permitir a sua utilização por parte de seus usuários.

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho consiste em verificar se as informações contidas nos demonstrativos contábeis, de evidência obrigatória, atendem as necessidades informacionais dos gestores financeiros das empresas da Zona Franca de Manaus.

Por conseguinte, este trabalho apresenta um estudo relacionando o produto do sistema de informação contábil, que são os demonstrativos contábeis, com a área financeira. Para isso foi analisada uma população específica, o polo eletro-eletrônico, da Zona Franca de Manaus (AM), a fim de verificar a utilização, por parte dos gestores financeiros da região, das informações contábeis obrigatórias.

De maneira geral, constatou-se que a maioria dos gestores financeiros das indústrias do polo eletro-eletrônico de Manaus (AM) utilizam as informações contidas nas Demonstrações Contábeis Obrigatórias. Porém não as consideram suficientes, tendo, assim, que elaborar relatórios complementares para suprir suas necessidades informacionais.

No final da pesquisa apresenta-se, neste trabalho, sugestões para futuras pesquisas que possam contribuir para a elucidação do nível de utilização das informações contábeis, além das necessidades informacionais dos gestores financeiros no uso das informações contábeis no desenvolvimento de seus trabalhos. Não obstante, apresenta-se recomendações aos órgãos de classe e profissionais da área para que possam melhorar a preparação das informações contábeis obrigatórias e relatórios complementares.

ABSTRACT

The adaptation of accountants information's has be a problem was been think and resolved for professionals of work with research in the area. The accountants information is seeing of imposed form, for 6.404/76 law and others norms, and has be adapted your utilisation for your users.

More there, the general objective of this work is to verify if the informations in the accountants demonstratives, that to be imposed, attend the informations needs of the financial managers to Manaus Free Zone.

Them, this work presents, a study relating the product of the information accountant, the be the accounts demonstratives, with the financial area. For them was analysed a specific population, the electric-electronic division, at the Manaus Free Zone, to the end to verify the utilisation, for the financials managers of the region, of the imposed informations accountants.

Of general manner, it evidenced that the majority of the financials managers of the Manaus Electric-Electronic Free Zone Division used the informations in the imposedf accountants demonstratives. However they not consider sufficient, having, them, to prepare complementary relations to attend their informations needs.

In the end of this research presents, in this work, suggestions to the futures researches that can contribute for the elucidation of the utilisation level of the accountants

informations, there of the informations needs of the financial managers in the used of the accountants informations in the development of this works. Them, presents recommendations for the professional and class bureau in the area for that can to be better the prepares of the imposed informations accountants and complementary relaters.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 Considerações iniciais	5
1.2 Problema.....	8
1.3 Objetivos.....	10
1.4 Justificativa teórico-prática	11
1.5 Organização do estudo	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Fundamentos de um sistema de informação contábil.....	13
2.2 Usuários da informação contábil	17
2.3 Regulamentações da contabilidade	24
2.3.1 A Lei 6.404/76	24
2.3.2 Atos normativos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.....	25
2.3.3 O Regulamento do imposto de renda e proventos de qualquer natureza.....	27
2.4 Os demonstrativos contábeis de evidenciação obrigatória.....	28
2.4.1 Balanço patrimonial	29
2.4.2 Demonstração do resultado de exercício.....	45
2.4.3 Demonstração das mutações do patrimônio líquido	51
2.4.4 Demonstração das origens e aplicações de recursos	55
2.4.5 Notas explicativas	59
2.4.6 O parecer dos auditores independentes.....	61
2.4.7 Informações trimestrais	62
2.4.8 Informações anuais.....	63
2.4.9 Demonstrações financeiras padronizadas	64
2.4.10 Demonstrações contábeis consolidadas	64
2.5 Elaboração de relatórios e características da informação contábil - financeira.....	66
2.5.1 Padronização das demonstrações contábeis para uso na gestão financeira	67
2.5.2 Etapas básicas do processo de análise das demonstrações contábeis na gestão financeira	71
2.5.3 Relatórios de análise na gestão financeira	72
2.5.4 O orçamento de capital calçado em informações nas extraídas das demonstrações contábeis....	73
2.5.5 Montagem de fluxo financeiro a partir das demonstrações contábeis.....	76
3 METODOLOGIA	80
3.1 Questões de Pesquisa.....	80
3.2 População	81
3.3 Amostra	81
3.4 Coleta dos dados.....	82
3.5 Tratamento dos dados	83
3.6 Apresentação dos dados	84
3.7 Limitações da pesquisa.....	84
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	86
4.1 Estrutura do questionário aplicado nas entrevistas	86
4.2 Apresentação das empresas estudadas	95

4.3	Análise dos resultados apresentados.....	99
4.3.1	Perfil dos gestores financeiros.....	99
4.3.2	Procedimentos de análise econômico-financeira que precedem as decisões.....	102
4.3.3	O uso dos demonstrativos contábeis pelos gestores financeiros.....	104
4.3.4	O uso do balanço patrimonial.....	106
4.3.5	O uso da demonstração do resultado do exercício.....	107
4.3.6	O uso de informações da demonstração das origens e aplicações de recursos.....	110
4.3.7	O uso da demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	110
4.3.8	O uso das notas explicativas.....	113
4.3.9	O uso do parecer de auditoria.....	115
4.3.10	O uso das demonstrações contábeis consolidadas.....	114
4.3.11	O uso das informações trimestrais.....	116
4.3.12	Uso das informações anuais.....	117
4.3.13	O uso das demonstrações financeiras padronizadas.....	120
4.3.14	O uso das demonstrações contábeis resumidas.....	122
4.3.15	Expectativas informacionais dos gestores financeiros e uso de outros conjuntos de informações.....	121
5	CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES À FUTURAS PESQUISAS	
	124	
5.1	Conclusões.....	124
5.1.1	Os procedimentos de análise que antecedem a construção do modelo decisório dos gestores financeiros.....	124
5.1.2	Importância e utilização das demonstrações contábeis obrigatórias pelos gestores financeiros entrevistados.....	125
5.1.3	Conclusões gerais das respostas às questões de pesquisa:.....	132
5.2	Sugestões a futuras pesquisas.....	135
5.3	Recomendações.....	137
6	BIBLIOGRAFIA.....	139
7	ANEXO	

ÍNDICE DE TABELAS

<i>Tabela 1 – Formação acadêmica universitária</i>	99
<i>Tabela 2 – Pós-graduação</i>	100
<i>Tabela 3 – Curso de pós-graduação dos gestores financeiros</i>	101
<i>Tabela 4 – Anos de Experiência na área</i>	101
<i>Tabela 5 – Cargos ocupados pelos gestores financeiros</i>	102
<i>Tabela 6 – Procedimentos de análise econômico/financeira que antecedem o processo de gestão</i>	102
<i>Tabela 7 – Ordem de importância das fontes de informações para a gestão financeira</i> ..	103
<i>Tabela 8 – Intensidade de uso das demonstrações contábeis pelos gestores financeiros</i> .	104
<i>Tabela 9 – Nota atribuída às demonstrações contábeis de 0-5, pelos gestores financeiros.</i>	105
<i>Tabela 10 – Grupos de Informações não utilizados no balanço patrimonial</i>	106
<i>Tabela 11 – Necessidade de informações do balanço patrimonial pelos gestores financeiros</i>	107
<i>Tabela 12 – Informações não utilizadas na demonstração do resultado do exercício pelos gestores financeiros</i>	108
<i>Tabela 13 – Necessidade de apresentação de informações na demonstração do resultado pelos gestores financeiros</i>	108
<i>Tabela 14 – Informações não utilizadas na demonstração das origens e aplicações pelos gestores financeiros</i>	109
<i>Tabela 15 – Demonstração das origens e aplicações (apresentação)</i>	110
<i>Tabela 16 – Informações não utilizadas da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelos gestores financeiros</i>	110
<i>Tabela 17 – Necessidade de informação na demonstração das mutações do patrimônio líquido pelos gestores financeiros</i>	111
<i>Tabela 18 – O uso das notas explicativas pelos gestores financeiros</i>	112
<i>Tabela 19 – Interferência do parecer de auditoria no trabalho dos gestores financeiros</i>	113
<i>Tabela 20 – Conteúdo do parecer de auditoria</i>	114
<i>Tabela 21 – Informações não utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas pelos gestores financeiros</i>	115
<i>Tabela 22 – Necessidade de informação nas demonstrações contábeis consolidadas pelos gestores financeiros</i>	115
<i>Tabela 23 – Informações não utilizadas nas informações trimestrais pelos gestores financeiros</i>	116
<i>Tabela 24 – Necessidade de informação nas informações trimestrais pelos gestores financeiros</i>	117
<i>Tabela 25 – Informações anuais (utilização)</i>	117
<i>Tabela 26 – Necessidade de informações nas informações anuais pelos gestores financeiros</i>	118
<i>Tabela 27 – Informações não utilizadas nas demonstrações financeiras padronizadas pelos gestores financeiros</i>	119
<i>Tabela 28 – Necessidade de informação nas demonstrações financeiras padronizadas pelos gestores financeiros</i>	119
<i>Tabela 29 – O auxílio e uso das demonstrações resumidas</i>	121
<i>Tabela 30 – O atendimento da expectativas informacionais da atual divulgação de informações, pelos gestores financeiros</i>	121
<i>Tabela 31 – Informações voluntárias de utilização pelos gestores financeiros</i>	122

<i>Tabela 32 – O uso, ou não, de outros conjuntos de informações pelos gestores financeiros</i>	122
<i>Tabela 33 – O uso dos índices ou quocientes pelos gestores financeiros</i>	123

ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro 1- Estrutura do balanço patrimonial</i>	30
<i>Quadro 2 – A estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício</i>	46
<i>Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido</i>	52
<i>Quadro 4 – Demonstração das origens e aplicações de recursos</i>	56

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo far-se-á as considerações iniciais do trabalho. Além disso, serão definidos o problema e os objetivos geral e específicos da pesquisa. Por último serão apresentadas a sua justificativa teórico-empírica e a organização do estudo. Considerações iniciais.

1.1 Considerações iniciais

Autores como Drucker¹ e Toffler² afirmam ser a empresa do futuro fundamentada na informação. Para eles o futuro das organizações está baseado no conhecimento obtido por informações úteis.

As informações úteis, se forem tratadas como o resultado de um sistema de coleta e transformação de dados, e não apenas como produto de comunicação, podem ser aglutinadas em áreas. Para Gil,³ os sistemas de informações são aglutinados segundo a estrutura orgânica definidora dos vários ambientes empresariais, sendo estes, componentes das áreas de controladoria, financeira, administrativa e de contabilidade.

Segundo Gil⁴, os sistemas de informações administrativos, contábeis e financeiros buscam dados em todas as atividades empresariais, executam o processamento e geram informações representativas da dinâmica organizacional, atendendo as necessidades dos gestores empresariais.

1 DRUCKER, Peter F. *As novas realidades: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo* 3 ed. São Paulo: Atlas, 1993 p.177.

2 TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Record, 1995 p.162

3 GIL, Antonio de Loureiro. *Sistemas de informações: contábil, financeiros*. São Paulo: Atlas, 1992 p. 11

4 GIL, Antônio de Loureiro. *Sistemas de informações: contábil, financeiros*. São Paulo: Atlas, 1992 p. 11

O Financial Accounting Standards Board-FASB,⁵ considera que a Contabilidade não é um fim em si mesma, mas ela objetiva fornecer informações úteis à gestão das organizações.

Neste aspecto, o estabelecimento das finalidades da Contabilidade pressupõe duas abordagens distintas:

- a) fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem todos os tipos de usuários; e
- b) a responsabilidade pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário.

Em 1973, o American Institute of Certified Public Accountants – AICPA,⁶ publicou um relatório do Grupo de Estudos sobre os objetivos dos Demonstrativos Contábeis. Um dos aspectos citados, como um dos mais importantes, foi que a função fundamental da Contabilidade é prover os usuários dos Demonstrativos Contábeis com informações que os ajudarão na gerência de seus resultados.

O Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON,⁷ por meio de Pronunciamento Técnico sobre a *Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade* referendado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da Deliberação CVM n.º 29/86, ressalta que não tem sentido ou razão de ser a contabilidade uma ciência

5 FASB, Financial Accounting Standards Board. *Statement of financial accounting concepts n.º 1: objectives of financial reporting by Business Enterprises*, 1978 p. 5 apud Accounting Standards – *Statements of financial accounting concepts 1-6*. Stamford, 1986

6 AICPA, American Institute of Certified public Accountants. *Report of study group on objectives of financial statements*. 1973 p. 55 apud KAM, Vernon. *Theory accounting*. Califórnia: John Wiley 7 Sons, 1982 p 42

7 IBRACON, Instituto Brasileiro de Contadores. *Princípios contábeis – normas e procedimentos de auditoria*. São Paulo: Atlas, 1988 p. 24.

“neutra”, que se contenta em perseguir estérilmente uma “sua” verdade. A verdade da Contabilidade reside em ser instrumento útil para a gestão das organizações.

O IBRACON reconhece que uma forma prática de verificar se a Contabilidade está alcançando seus objetivos, conforme enunciado, é pesquisar, periodicamente, qual o grau de utilização de demonstrações contábeis por parte dos grupos de usuários para os quais, de antemão, se acredita que as demonstrações contábeis devessem ser de grande utilidade. Continuando, explicita que o fato de pouca utilização das informações contábeis, por parte de alguns usuários, deve-se:

- a) as deficiências estruturais do modelo informativo contábil;
- b) as restrições ou limitações do próprio usuário;
- c) a baixa credibilidade à profissão do contador devido o pouco desenvolvimento da função informacional por parte desses profissionais;
- d) as falhas de comunicação e evidenciação decorrentes de problemas de linguagem inadequada por parte das demonstrações contábeis.

A multiplicidade e a capacidade diferenciada dos usuários faz com que a Contabilidade tenha necessidade de fornecer diferentes informações aos usuários.

Silva⁸ afirma que o principal usuário das informações contábeis deveria ser a própria empresa. Para ele as informações contábeis ajudarão a direção nas diversas funções administrativas - planejamento, organização, controle, coordenação, direção:

- na função planejamento envolve ações futuras como o orçamento, que é uma forma de planejamento;

8 SILVA, José pereira. *Análise financeira das empresas*. São Paulo: Atlas, 1995 p. 38

- na organização abrange a própria estrutura organizacional, o próprio sistema de informação gerencial, o qual contém o contábil, que é parte da estrutura organizacional;
- no controle é fundamental o uso da informação face à necessidade de confronto dos resultados atingidos com as metas estabelecidas;
- na coordenação as informações possibilitam uma ação coordenada; visando alcançar os objetivos estabelecidos;
- na direção à medida que as informações são de melhor qualidade permitem ao gestor dirigir as ações com maior segurança.

As informações contábeis, se elaboradas com critério e direcionadas às áreas específicas de cada gestor, transformam-se em instrumento de suma importância para o processo de gestão empresarial. Uma informação contábil adequada permite ao gestor um ganho de tempo e uma boa visão do andamento de seu negócio.

1.2 Problema

Gil⁹ afirma que os Sistemas de Informações Contábil/Administrativos/ Financeiros - SIACFs - “compreendem um subconjunto do sistema de informação total da empresa”. Continuando, afirma que sempre existe integração entre estes subsistemas e os demais, uma vez que a informação permeia as atividades empresariais.

Para Bio,¹⁰ o sistema de informação na gerência tem como papel o planejamento e o controle de informações, e indica que a essência do planejamento e do

9 GIL, Antonio de Loureiro. *Sistemas de informações: contábil, financeiros*. São Paulo: Atlas, 1992 p. 11.
10 BIO, Sergio Rodrigues. *Sistemas de informação*. São Paulo: Atlas, 1996 p. 45.

controle é o uso dessas informações pela administração, e este uso requer que as informações sejam oportunas, de conteúdo adequado e confiável.

Para Oliveira,¹¹ atualmente, com o desenvolvimento da informática a geração de informação deixou de ser um problema significativo. O grande problema é a definição das informações que devem ser geradas e, principalmente, a forma de integrá-las. Oliveira¹², afirma, ainda, que uma das áreas básicas para um sistema de informação em administração financeira é a Contabilidade. Esta divide-se em três sub-áreas: Contabilidade Patrimonial (análise, registro patrimonial, correção monetária, depreciação e amortização do ativo fixo); Contabilidade de Custos (apropriação, rateios, relatórios de custos); e Contabilidade Geral (demonstrações financeiras, relatórios contábeis, contabilidade de contratos de empréstimos e financiamentos, controle de correntistas).

Entretanto, a Lei 6.404/76, os Atos Normativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e o Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, impõem à Contabilidade técnicas e demonstrações que atendem aos seus interesses, muitas vezes, deixando de atender a um dos principais interesses das empresas, que é o de obter informações corretas de suas origens e aplicações de recursos, bem como da avaliação de seu patrimônio e da apuração do resultado econômico/financeiro.

É de suma importância que a contabilidade se preocupe com o atendimento dessas informações, e não somente com o atendimento ao fisco e à legislação societária, sob pena das empresas não a utilizarem inteiramente.

Dessa forma, esta pesquisa visa responder a seguinte pergunta:

11 OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas de informações gerenciais*. São Paulo: Atlas, 1993. p. 21

12 OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas de informações gerenciais*. São Paulo: Atlas, 1993. p. 61

As informações contábeis contidas nas Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 6.404/76, Atos Normativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Regulamento do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza atendem as expectativas informacionais dos gestores financeiros das empresas do polo Eletro-Eletrônico da Zona Franca de Manaus?

1.3 Objetivos

O objetivo geral do presente trabalho consiste em verificar se as informações contidas nos demonstrativos contábeis, de evidenciação obrigatória, atendem as necessidades informacionais dos gestores financeiros das empresas do polo Eletro-Eletrônico da Zona Franca de Manaus.

Em termos específicos, espera-se alcançar os seguintes objetivos:

- apresentar o conjunto de informações de evidenciação obrigatória pelas empresas;
- verificar quais informações são utilizadas pelos gestores financeiros das empresas;
- averiguar a importância atribuída, pelos gestores, aos demonstrativos contábeis evidenciados de forma obrigatória ;
- pesquisar a existência de diferentes relatórios que subsidiam o processo de gestão financeira nas empresas;
- caracterizar as informações, evidenciadas pelos demonstrativos contábeis obrigatórios, que são consideradas relevantes para o desempenho dos gestores financeiros;

- identificar as informações, consideradas relevantes pelos gestores financeiros, que não são evidenciadas nos demonstrativos contábeis obrigatórios;
- conhecer os conjuntos de informações que são necessários e utilizados pelos gestores financeiros das empresas do polo eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus.

1.4 Justificativa teórico-prática

O acompanhamento da gestão financeira faz com que a empresa possa ter a segurança necessária para preparar-se para diversos tipos de acontecimentos diante de cenários previsíveis.

Uma variedade de informações utilizadas pelas empresas para a gestão financeira tem a sua origem na Contabilidade. Esta, por sua vez, prepara os registros e elabora demonstrativos com a finalidade de atender, se não todas, pelo menos a maioria das necessidades informacionais dos gestores financeiros.

No entanto, estes demonstrativos também precisam atender diversas legislações, dentre elas, a Lei 6.404/76, os Atos Normativos da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e o Regulamento do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

Assim fica a dúvida de como estas empresas utilizam as informações contábeis na sua gestão financeira. Estes questionamentos existem e, se respondidos, ajudarão a desenvolver a evidência das informações contábeis, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

Em termos práticos espera-se que o presente trabalho possa ser aproveitado, de alguma forma, para avaliar a realidade, e ofereça subsídios para a ação futura dos órgãos de pesquisas para o aperfeiçoamento das informações contábeis e, especialmente, no que diz respeito á evidenciação dessas informações.

1.5 Organização do estudo

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo contempla as considerações iniciais do tema, o problema de pesquisa, os objetivos a serem alcançados, a justificativa teórico-prática da pesquisa e a organização do estudo.

No segundo capítulo consta a fundamentação teórica a respeito do tema. Esse capítulo divide-se em fundamentos de um sistema de informação contábil, usuários da informação contábil, regulamentações da contabilidade, os demonstrativos contábeis de evidenciação obrigatória, e a elaboração dos relatórios e características da informação contábil-financeira.

O terceiro capítulo trata da metodologia utilizada na pesquisa, evidenciando as questões de pesquisa, a população, a amostra, a forma de coleta de dados, o tratamento dos dados, a apresentação dos dados e as limitações da pesquisa.

O quarto capítulo, trata da análise dos resultados. Por último são apresentadas a conclusão da pesquisa e as recomendações para futuros trabalhos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão contemplados os fundamentos de um sistema de informação contábil; os usuários da informação contábil; e as regulamentações da contabilidade, neste item apresentando a Lei 6.404/76, Atos Normativos da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e o Regulamento do Imposto de Renda. e Proventos de qualquer. Adicionalmente, serão discutidos os demonstrativos contábeis de evidência obrigatória: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas de Notas Explicativas, além do Parecer dos Auditores Independentes, Informações Trimestrais, as Informações Anuais, Demonstrações Financeiras Padronizadas, e Demonstrações Contábeis Consolidadas. Por último, serão abordadas a elaboração de relatórios e as características da informação contábil-financeira.

2.1 Fundamentos de um sistema de informação contábil

Segundo Oliveira,¹³ “sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função”.

Esse sistema funciona coletando dados e transformando-os em informações úteis. Para isso, deve-se elaborar sistemas que atendam a diversas funções. A essência da utilidade da informação, está em se trabalhar bem os dados para os diversos fins.

O dado, conforme Oliveira¹⁴ é qualquer elemento identificado em sua forma bruta que por si não conduz a uma compreensão de determinado fato ou situação, e

informação é o dado trabalhado que permite ao executivo basear-se concretamente no diagnóstico e planejamento de sua gestão. Portanto, a questão está em se saber interpretar os dados transformando-os em informações úteis à gestão das organizações.

Por sua vez, a contabilidade é definida por Gonçalves e Batista¹⁵ como “ciência que tem por objeto o estudo do Patrimônio a partir da utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam a situação patrimonial de uma pessoa”. Da mesma forma, Benedetti¹⁶ diz que a “Contabilidade é a ciência que estuda aspectos relativos à composição e às variações de um patrimônio”.

Naturalmente, se a Contabilidade estuda o patrimônio das entidades e os gestores administram o patrimônio destas, a interação entre as necessidades destes com as informações contábeis deve ser a mais proveitosa possível. A informação contábil é o produto da análise dos dados existentes nos demonstrativos contábeis da empresa, de modo a favorecer o processo de gestão.

Na Contabilidade das empresas existem dois enfoques, basicamente, que devem ser levados em consideração na elaboração dos demonstrativos e relatórios contábeis: a produção de informações para usuários externos e para os internos. Esses enfoques devem ser observados quando da elaboração de relatórios gerenciais.

Neste sentido, Padoveze,¹⁷ explicita que

13 OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas de informações gerenciais*. São Paulo: Atlas, 1993. p. 23

14 OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas de informações gerenciais*. São Paulo: Atlas, 1993. p. 34

15 GONÇALVES, Eugênio Celso e BATISTA, Antônio Eustáquio. *Contabilidade geral*. São Paulo: Atlas, 3 ed., 1993. p. 23.

16 BENEDETTI, Roberto. *Contabilidade técnica e prática*. São Paulo: Scipione, 1990. p. 15.

“a Contabilidade Gerencial é relacionada com o fornecimento de informações para os administradores - isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações. A Contabilidade Gerencial pode ser contrastada com a Contabilidade Financeira, que é relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão de fora da organização”.

Para a implantação e criação de um bom sistema de informação deve haver a preocupação de que este sistema atenda as necessidades informacionais de seus usuários. Dentre estes existe o poder público que, através de suas normas e leis, procura padronizar estas informações. Muitas vezes, tal procedimento provoca prejuízo ao fornecimento de informações a outros usuários. A legislação e as normas influenciam na preparação e divulgação dos demonstrativos e relatórios, muitas vezes dificultando o acesso às informações aos usuários.

Por outro lado estes demonstrativos são o produto dos sistemas contábeis implantados nas empresas. Suas análises devem obedecer ao processo de gestão da gerência, bem como, às normas e regulamentações financeiras, no enfoque financeiro, neste aspecto, tem-se então uma grande fronteira que deve ser respeitada. Para tanto, um sistema de informação deve ser sempre avaliado e criticado, tentando assim, obter o melhor aproveitamento do mesmo.

Padoveze¹⁸ afirma que para um sistema de informação contábil ter validade perante a instituição, três aspectos são fundamentais: operacionalidade, integração e navegabilidade dos dados e custo da informação.

a) Operacionalidade:

17 PADOVESE, Clóvis Luís. *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. São Paulo: Atlas, 1994. p 24.

As informações devem ser coletadas, armazenadas e processadas de forma operacional. Significa que todos os que trabalham com a informação contábil devem saber e sentir que estão operando com dados reais, significativos, práticos e objetivos; conseguidos, armazenados e processados de forma prática e objetiva. A operacionalidade possui, portanto, as seguintes características básicas:

- relatórios concisos;
- elaborados de acordo com as necessidades dos usuários;
- coletados de informações objetivas e de imediato atendimento pelo usuário;
- que não permitam uma única dúvida sequer, ou possibilitem pergunta indicando falta de alguma informação do objeto do relatório;
- apresentação visual e manipulação adequada.

b) Integração e navegabilidade dos dados:

Considera-se um sistema de informação contábil como integrado, a partir do momento em que todas as áreas do gerenciamento da informação contábil estejam abrangidas por um único sistema de informação contábil. Desta forma, todos se utilizarão de um mesmo sistema de informação.

Um sistema de informação contábil é caracterizado quando há a navegabilidade dos dados. A partir do momento em que um dado é coletado, este deverá ser utilizado em todos os segmentos de informação contábil. Este procedimento faz com que todos os usuários do sistema de informação contábil recebam a mesma informação.

c) Custo da Informação:

O sistema de informação contábil deve ser analisado na relação custo-benefício para a empresa. Para Oliveira,¹⁹ na adequada relação custo versus benefício, o sistema de informação gerencial – SIG, deve apresentar uma situação de custo a baixo dos benefícios que proporciona à empresa. Com a facilidade ao acesso à computação, qualquer empresa pode ter um sistema de informação contábil, cabe ao contador torná-lo gerencial.

2.2 Usuários da informação contábil

A questão da adequação da informação contábil vem se tornando algo de relevante preocupação para os órgãos regulamentadores e entidades de pesquisa ligados à Contabilidade. Antes que haja a produção de qualquer relatório contábil, é necessário que se tenha definido o público alvo de utilização dessa informação.

Moonitz²⁰ afirma que um estudo sobre evidenciação de informações, em 1961, desenvolvido para o AICPA – American Institute of Certified Public Accountants, reconhece que a adequabilidade de uma determinada evidenciação somente pode ser definida dentro de um contexto, a partir da identificação específica dos usuários da informação. É amplo e variável o público a que se destina a informação contábil, inclui-se usuários internos, estes variáveis e com níveis de necessidades informacionais ainda mais variáveis, e usuários externos, estes com necessidades informacionais para a adequabilidade e confiança dos produtores da informação à seus negócios.

Tal requer uma adaptação das informações contábeis ao seu uso para que os dados se transformem em informações úteis e, desta forma, realizem a função da

Paulo: Atlas, 1994. p. 36

19 OLIVEIRA, Djalma de Pinto Rebouças. *Sistemas, organizações & métodos: uma abordagem gerencial*. São Paulo: Atlas, 1990. p. 48

20 MOONITZ, Maurice. Accounting research study n. 1. The basic postulares of accounting, New York: AICPA, 1961. p. 36-38. In: BUZBY, Sthefen L. The nature of adequate disclousure. *The Journal of Accountancy*. New York, Apryl, 1974. p.39.

Contabilidade: a de prestar informações a cerca do patrimônio e dos resultados de suas operações.

Os usuários externos podem ser distinguidos pela sua capacidade de interferir na forma de apresentação das informações: aqueles que detêm este poder, como os usuários legais - órgãos governamentais de fiscalização, tributação e regulamentadores; e os que não detêm o poder de interferência - fornecedores, clientes, investidores, empregados, analistas financeiros, analistas de investimentos etc.

Como usuários internos têm-se os gestores aos níveis operacionais, supervisionais, táticos e estratégicos. Destes, neste trabalho, destacam-se os gestores financeiros pela necessidade informacional, tanto de peças produzidas pela própria empresa para a sua gestão, como as informações produzidas por parceiros financeiros, como relatórios de crédito, investimento e financiamento.

Andrade²¹ classificou os usuários da informação contábil em “usuário sofisticado”, “usuário não sofisticado”, “usuário profissional” e “usuário não profissional”. Para ele, usuário sofisticado e não sofisticado, se diferenciam em termos de conhecimentos da área empresarial, contábil e financeira; e usuário profissional e não profissional se diferenciam em termos de trabalho profissional com a contabilidade.

A questão da sofisticação e profissionalização dos usuários das informações contábeis fez surgir diversos pronunciamentos dos órgãos de pesquisa e representatividade da classe contábil, como o AICPA – American Institute of Certified Public Accountants, FASB – Financial Accounting Standards Board, AAA – American Accounting

21 ANDRADE, Álvaro P. Estudo sobre as preferências dos usuários das demonstrações contábeis relativas ao uso de terminologias contábeis técnicas versus terminologias contábeis descritivas. Rio de Janeiro: FGV, 1990. *Dissertação de Mestrado* (Mestrado em Ciências Contábeis) – Instituto Superior de Estudos Contábeis – ISEC, Fundação Getúlio Vargas, 1990.

Association, APB – Accounting Principles Board, IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores etc.

Alguns pronunciamentos desses Institutos colocam que os relatórios contábeis destinam-se àqueles dotados de conhecimento técnico-contábil, que entendem a linguagem; outros dizem que os relatórios devem se destinar a todos os interessados em conhecer a empresa, mesmo que possuam pouco conhecimento acerca da Contabilidade.

Segundo Macullers e Danker,²² a variedade de usuários da contabilidade é fonte potencial de problemas. Cada um desses grupos de usuários, assim como diferentes usuários do mesmo grupo, podem ter percepções diferentes sobre a informação que é importante para a sua gestão. Para Buzby,²³ a seleção do grupo de usuários deverá ser baseada na consideração de quatro pontos, a saber:

- a) os relatórios deverão focar aqueles grupos de usuários e objetivos que manifestem suas necessidades e fazem grande uso da informação contábil orientada;
- b) esforços limitados deverão ser direcionados para grupos de usuários que são capazes de adquirir diretamente a informação que eles desejam;
- c) o grupo de usuários com seus respectivos propósitos deverá ser tanto homogêneo quanto possível com respeito aos tipos de informações que eles desejam e necessitam; e
- d) o grupo de usuários deverá ter o requisito capacidade para utilização das informações contábeis orientadas.

22 MCCULLERS, L.D. e DANKER, Relmond P. V. *Introdução à contabilidade financeira*. Rio de Janeiro: Interciência, 1978. p. 5.

O AICPA – American Institute of Certified Public Accountants²⁴ entende que as Demonstrações Contábeis devem atender aqueles que tem limitado acesso às informações, ou, limitada capacidade para interpretá-las. De acordo com este órgão, os objetivos das demonstrações contábeis são prover primeiramente aqueles usuários que tem limitada autoridade, capacidade ou recursos para obter informações e que contam com as demonstrações contábeis como sua principal fonte de informação sobre as atividades econômicas da empresa.

O IBRACON–Instituto Brasileiro de Contadores,²⁵ através do pronunciamento técnico “Estrutura Conceitual da Contabilidade”, aprovado e referendado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, define o usuário da informação contábil como toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidade não lucrativa ou mesmo patrimônio familiar.

O APB – Accounting Principles Board²⁶ entende que os demonstrativos contábeis são direcionados para um universo amplo de grupos de usuários, exceto alguns grupos relacionados: os presentes e potenciais acionistas e credores.

O FASB – Financial Accounting Standards Board²⁷ discorda do AICPA em relação ao nível de sofisticação do usuário, e estabelece que a informação deve ser

23 BUZBY, Sthefen L. Selected items of information and their disclosure in annual reports, *The Accounting Review*, New York. July 1974, p. 427.

24 AICPA, American Institute of Certified Public Accountants. Report of study group on objectives of financial statements. 1973 apud KAM, Vernon. *Theory accounting*. Califórnia; John Wilwy 7 Sons, 1982

25 IBRACON, Instituto Brasileiro de Contadores, *Principios contábeis: normas e procedimentos de auditoria*. São Paulo: Atlas, 1988.

26 APB - Accounting Principles Board, apud HENDRIKSEN, Eldon S. *Accounting theory*. Ilinóis: Richard D. Irving, 1982. p. 504.

27 FASB - Financial Accounting Standards Board. Statement of financial accounting concepts nº 1: objectives of financial reporting by business enterprises, 1978 apud ACCOUNTING STANDARDS – *Statements of financial accounting concepts 1-6*. Satamford, 1986. p. 16.

compreensível para aqueles que possuam razoável entendimento das atividades econômicas e comerciais e que estão preparados para estudar a informação contábil com razoável aplicação.

A AAA - American Accounting Association,²⁸ ao contrário do FASB – Financial Accounting Standards Board e do APB– Accounting Principles Board, alude para a necessidade de facilitar o uso das demonstrações contábeis para o maior número possível de usuários, pronunciando que elas se destinam às pessoas que tenham interesse em uma empresa individual, ou aos mais amplos problemas relativos a economia nacional.

O pronunciamento do IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores assemelha-se, por sua abrangência, ao pronunciamento da AAA - American Accounting Association, pois inclui todos aqueles que tenham interesse numa entidade, independentemente de sua forma de constituição ou objeto social, como usuário da informação contábil.

Diante do exposto, pode-se ver a divergência existente entre estes órgãos, representantes da classe contábil, quanto a definição dos usuários da contabilidade. Iudicibus²⁹ ressalta que ainda é necessário muita pesquisa antes de delinear os tipos de usuários com suas respectivas necessidades informacionais e diz que o primeiro passo para essa identificação das informações relevantes para os diversos usuários é conhecer os seus modelos de gestão e obtenção de informações.

28 AAA - American Accountants Association. apud PEREDA, Jorge T. *Evolucion del concepto de contabilidad a través de sus definiciones*. Contaduría, n.13, Medellín : Universal de Antioquia, Septiembre, 1988. p.32.

29 IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987. p. 92-93.

Bio³⁰ menciona que, quando estava realizando um seminário em São Paulo sobre sistemas, diante da questão: “O que você entende por sistema de informação?”, surgiram as seguintes respostas:

- a) são relatórios de contabilidade, vendas, estatísticas etc., distribuídos periodicamente na empresa...
- b) são conjuntos de procedimentos que visam captar o que acontece na organização...
- c) o sistema de informação é representado pelo conjunto de relatórios que transformam dados em informações úteis para a gerência;
- d) é um conjunto de normas e procedimentos que objetivam transmitir, através de um meio qualquer, informações entre pessoas ou órgãos;
- e) processo pelo qual as informações percorrem a estrutura formal.

Todo sistema, para ser eficiente, tem que atender às necessidades informacionais de seus usuários, essas informações são coletadas, processadas e apresentadas. Bio³¹ afirma que cada sistema ou subsistema pode ser decomposto em três etapas:

- a) coleta de dados de entrada;
- b) processamento dos dados ;
- c) produção e distribuição de informações de saídas.

Vê-se, neste aspecto, que a contabilidade facilmente se adequa à essas etapas, pois na coleta tem toda a movimentação econômico-financeira, no processamento tem sua

30 BIO, Sergio Rodrigues. *Sistemas de informação*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 24.

31 BIO, Sergio Rodrigues. *Sistemas de informação*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 28.

classificação e métodos de acumulação, e na distribuição de informações de saídas tem os demonstrativos contábeis que podem ser adaptados às necessidades de seus usuários.

Para Padoveze,³² a informação contábil deve atender dois pressupostos básicos a fim de que tenha validade no processo de gestão: sua necessidade como informação, e seu planejamento e controle.

a) sua necessidade como informação

A necessidade de informação é determinada pelos usuários finais dessa informação, por seus consumidores. Assim, a informação deve ser construída para atender a esses consumidores e não para atender aos contadores. O contador gerencial deve fazer um estudo básico das necessidades de informações a partir das necessidades informacionais para a gestão de cada administrador. Caso esses conceitos de utilidade e necessidade da informação contábil não estejam imediatamente presentes no ambiente da cúpula administrativa da entidade, é tarefa do contador fazer nascer e crescer essa mentalidade gerencial.

b) seu planejamento e controle

O sistema de informação gerencial exige planejamento para a produção dos relatórios que atendam plenamente aos usuários.

De acordo com GIL,³³ o sistema de informação contábil produz informações que possam o que segue:

- Níveis empresariais – estratégico, tático e operacional;

32 PADOVEZE, Clóvis Luís. *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. São Paulo: Atlas, 1994. p. 34-35.

- Ciclo administrativo – planejamento, execução e controle;
- Nível de estruturação da informação – estruturada, semi-estruturada e não estruturada.

2.3 Regulamentações da contabilidade

Na lei 6.404/76, em seu artigo 176, nos Atos Normativos da CVM e no Regulamento do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (Decreto 1.041 de 11 de janeiro de 1994, art. 220 e outros), existe a obrigatoriedade de evidenciar no resultado do sistema de informação contábil, que são os demonstrativos contábeis, contas e valores que atendem aos seus interesses. Portanto, esses demonstrativos se constituem no resultado do sistema básico, ou obrigatório, contábil de informações.

Por meio da análise dos demonstrativos contábeis, o gestor financeiro poderá obter informações relevantes para o seu trabalho, além de evidenciar seus resultados em cada período e fazer as modificações que achar necessárias.

2.3.1 A Lei 6.404/76

Pela Mensagem n.º 204, de 02 de agosto de 1976, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei das Sociedades por Ações. Este projeto visou, basicamente, a criação de uma estrutura jurídica necessária ao fortalecimento do mercado de capitais de risco no país. Em decorrência surgiu a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que regulamenta as evidenciações contábeis por meio de Demonstrações Financeiras, além de toda a estrutura jurídica das Sociedades Anônimas.

A referida Lei condiciona a apresentação das Demonstrações Financeiras às normas da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, que ficou com a missão de regulamentar o processo de elaboração, estruturação e publicação das dessas demonstrações. O IBRACON – Instituto Brasileiro dos Contadores recomenda que em substituição a designação “Demonstrações Financeiras” seja adotado o termo “Demonstrações Contábeis”, em virtude de seu conteúdo contábil.

2.3.2 Atos normativos da C V M – Comissão de Valores Mobiliários

A lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, regula o mercado de valores mobiliários e criou a CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Ela se constitui em unidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda, funcionando como órgão deliberativo. Dentre outras funções, esta comissão tem poderes para deliberar sobre regras de apresentação das demonstrações contábeis, escrituração das empresas e evidenciação de informações financeiras.

A CVM vem ao longo dos anos editando normas sobre a evidenciação e publicação das demonstrações contábeis. Para isso tem editado diversos Atos Normativos, como, destacando-se entre eles, para o presente estudo, os seguintes:

- Instrução Normativa 202, de 6.12.93, que impõe à empresa, uma vez obtido o registro de companhia aberta, o dever de enviar à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores, o relatório anual no mesmo dia em que for publicado ou, através do mecanismo do artigo 133, for posto á disposição dos acionistas. Para Lauretti,³⁴

“essa norma impede nas companhias abertas, um mau hábito bastante freqüente entre as companhias fechadas: publicar o aviso aos acionistas (art. 133), antes mesmo da conclusão do relatório anual, com o único objetivo prático de poder realizar a assembléia geral ordinária até 30 de abril. A companhia aberta não tem essa válvula de escape para um eventual atraso no fechamento do balanço anual, porque no mesmo dia em que publica o aviso aos acionistas, deverá remeter o relatório completo à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores. Por essa razão, as companhias abertas preferem publicar, de uma vez, o relatório anual um mês antes da assembléia geral ordinária, dispensando o aviso” ;

- Instrução Normativa 207, de 1.2.94, que dispõe sobre publicações adicionais às ordenadas pela Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Esta Instrução Normativa exige que além das publicações ordenadas pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e respeitadas as normas do artigo 289 e seus parágrafos 2º e 3º da mesma Lei, façam publicações adicionais aos demonstrativos contábeis previstos na legislação;
- Instrução Normativa 232, de 10.2.95, que permite a publicação do relatório anual, de forma resumida, em outros jornais que não o da sede da empresa. Essa faculdade reduz o custo de ser companhia aberta, que tem levado dezenas de empresas a cancelar seu registro na CVM. No regime anterior, o relatório anual deveria ser publicado, integralmente, no Diário Oficial e em jornal de grande circulação na sede da empresa, e além disso, em jornais de grande circulação nas praças onde houvesse negociação das ações em bolsas de valores;

- Instrução Normativa 247, de 10.2.95, que além de dispor sobre a avaliação, pelo método de equivalência patrimonial, dos investimentos em sociedades coligadas e controladas, amplia a obrigatoriedade da companhia aberta apresentar demonstrações consolidadas. A Lei 6.404/76, exige demonstrações consolidadas quando o investimento em subsidiárias for superior a 30% do patrimônio líquido da investidora. Esta Instrução Normativa, porém, estende a exigência para qualquer companhia que tiver investimento(s) em controladas(s), independente de seu valor relativo.
- Parecer de Orientação n.º 15 da CVM, de 28.12.87, que obriga a divulgação de informações úteis, fidedignas e detalhadas, a fim de possibilitar o conhecimento da companhia e de seus objetivos e políticas, o que é um direito essencial do acionista. O relatório de administração não pode ser excluído dessa premissa; assim, tanto a falta de informações quanto a inclusão de estudos e fatos genéricos que não dizem respeito à situação particular da companhia constituem não atendimento ao interesse e ao direito do investidor.

Estes Atos Normativos, dentre outras medidas, determinam a obrigatoriedade de elaboração do Balanço Patrimonial Condensado, Demonstração Condensada do Resultado do Exercício, Notas Explicativas contemplando as informações consideradas relevantes aos investidores, e o Relatório da Administração com informações de gestão.

2.3.3 O Regulamento do imposto de renda e proventos de qualquer natureza

O Regulamento do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, que também institui regras de evidenciação das informações contidas nas Demonstrações

Contábeis foi aprovado pelo Decreto n.º 1.041, de 11 de janeiro de 1994, publicado no Diário Oficial da União em 12 de janeiro de 1994. Este Regulamento consolidou a legislação vigente que dispõe sobre o Imposto de Renda, incorporando disposições legais constantes de Leis e Decretos-lei, bem como de disposições normativas infralegais, constantes de Decretos, Portarias e Instruções Normativas. Em seus artigos, como 220, estabelece formas de evidenciação das informações através das demonstrações contábeis e obriga as empresas a apresentá-las de forma sistematizada, de modo a atender a necessidade informacional do fisco.

Tal artigo tornou obrigatório, para todos os contribuintes sujeitos ao regime de apuração pelo Lucro Real, a demonstração do Balanço Patrimonial, do Resultado do Período-base e de Lucros e Prejuízos Acumulados, determinando ainda que o lucro líquido do período-base deverá ser apurado com observância das disposições da Lei 6.404/76.

2.4 Os demonstrativos contábeis de evidenciação obrigatória

Iudícibus³⁵ afirma que demonstrações e relatórios contábeis são a exposição resumida e ordenada dos principais fatos registrados pela Contabilidade, em determinado período. Os relatórios contábeis também são conhecidos como informes contábeis”. Para ele, dentre os relatórios contábeis, os mais importantes são as Demonstrações Financeiras.

A Lei 6.404/76, no art. 176, estabelece que ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia a as mutações ocorridas no exercício:

- Balanço Patrimonial;

- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Além de tais demonstrações, existem complementos a elas, que fazem parte do sistema contábil de informações obrigatórias. Entre outras, as de maior importância, face ao seu uso, são:

- Notas Explicativas ;
- Parecer de Auditoria;
- Informações Trimestrais;
- Informações Anuais;
- Demonstrações Contábeis Consolidadas;
- Demonstrações Financeiras Padronizadas.

2.4.1 Balanço patrimonial

Segundo a FIPECAFI,³⁶ “o balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando portanto uma posição estática”. Para Padoveze,³⁷ o Balanço é peça contábil por excelência, para ele é canalizado todo o resultado das operações da empresa e das transações que terão realização

35 IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análises de balanços*. São Paulo: Atlas, 1988. p. 50

36 FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – USP. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 34.

37 PADOVESE, Clóvis Luís. *Contabilidade gerencial*, São Paulo: Atlas, 1994. p 52.

futura. O gestor financeiro pode com isso obter informações relevantes que, se bem trabalhadas, poderão tornar-se fonte de dados para o seu trabalho.

Os componentes do Balanço Patrimonial estão divididos em ativo e passivo, o ativo corresponde aos bens e direitos e o passivo às obrigações.

O Ativo dividido em circulante, realizável a longo prazo e permanente, este dividido em investimentos, imobilizado e diferido, conforme a Lei 6.404/76. O passivo se subdivide-se em circulante, exigível a longo prazo, resultado de exercícios futuros e patrimônio líquido, este dividindo-se em capital, reservas e lucros ou prejuízos acumulados.

O Quadro 1 apresenta a estrutura de forma resumida do Balanço Patrimonial, com os seus grupos principais. Em seguida apresenta-se os conceitos e definições dos principais grupos e contas do Balanço Patrimonial

Quadro 1- Estrutura do balanço patrimonial

ATIVO
<i>CIRCULANTE</i>
<i>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</i>
<i>ATIVO PERMANENTE</i>
<i>Investimentos</i>
<i>Imobilizado</i>
<i>Diferido</i>
PASSIVO
<i>CIRCULANTE</i>
<i>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</i>
<i>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</i>
<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>
<i>Capital Social</i>
<i>Reservas de Capital</i>
<i>Reservas de Lucros</i>
<i>Lucros ou Prejuízos Acumulados</i>

Fonte: adaptado de MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995 p. 46

2.4.1.1 Ativo

Os grupos e contas do Ativo, que compõem o balanço patrimonial, estão divididos da forma a seguir:

a) Ativo Circulante

De forma geral, a Lei 6.404/76 define as características dos elementos que devem compor o Ativo Circulante. Estes elementos são valores disponíveis para utilização imediata ou conversíveis em moeda corrente a qualquer tempo; frequentemente são reunidos sob o título de “Disponibilidades”; direitos conversíveis em valores disponíveis durante o curso do exercício seguinte àquele do balanço ou realizável durante o ciclo operacional da empresa se este exceder a um ano; classificam-se em “Direitos Realizáveis a Curto Prazo”, e valores relativos a despesas já pagas que beneficiarão o exercício seguinte àquele da data do balanço; classificam-se em “Aplicações de Recursos em Despesas”.

Os principais grupos e contas são as seguintes:

⇒ Disponibilidades

Segundo Matarazzo,³⁸ as Disponibilidades representam o dinheiro em mãos da empresa, os depósitos à vista e as aplicações de imediata conversibilidade em dinheiro. Diversas contas integram as disponibilidades, aparecendo sob o título “Disponível” ou “Disponibilidades”. Além dessas enquadram-se neste item, também, as Aplicações de Liquidez Imediata, estes são investimentos feitos pela empresa a curtíssimo prazo.

⇒ Créditos

- Os “Clientes” compreendem os valores a receber decorrentes das vendas efetuadas pela empresa, ou os serviços já prestados e ainda não faturados em empresas prestadoras de serviços, eventualmente.
- A “Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa” é conta redutora de Duplicatas a Receber, que está englobada no tópico “Clientes”. Essa conta é constituída para cobrir as prováveis perdas decorrentes do não recebimento de Duplicatas a Receber.
- As Duplicatas Descontadas indicam um desconto antecipado das Duplicatas a Receber em bancos.
- Aplicações Financeiras: compreendem as aplicações de maior prazo. As empresas efetuam aplicações financeiras, freqüentemente, por apresentarem excesso de recursos monetários e por obter boas taxas, sem o risco que teriam ao aplicar este excedente em alguma opção de negócio.
- Adiantamentos - englobam o numerário entregue pela sociedade a funcionários ou terceiros, neste caso, visa aquisição de matérias-primas, produtos ou serviços;
- Cauções - representa os diversos tipos de depósitos feitos pela empresa por contratos firmados com terceiros;
- depósito compulsório - abriga os valores depositados compulsoriamente pela sociedade junto a órgãos oficiais;

- importação em andamento - compreende os desembolsos por conta de produtos ou matérias em processo de importação;
- impostos a recuperar - referem-se aos valores a recuperar de ICMS e IPI, que decorrem de isenções fiscais ou da compra e venda da empresa;
- reflorestamento - refere-se às florestas pertencentes às empresas que atuam nas atividades de celulose e papel, siderúrgica, reflorestamento, destinando-se as árvores a corte para fins de comercialização, consumo e industrialização;
- serviços em andamento - referem-se aos serviços não faturados cuja execução se acha em andamento na data do balanço;
- cheques em cobrança - são os cheques devolvidos por insuficiência de fundos, bem como aqueles não disponíveis imediatamente por se referirem a praças distantes;
- diversas contas a receber representativas de direitos a receber da sociedade provenientes de empréstimos a outras empresas, incentivos fiscais, vendas não relacionadas às operações da empresa, tais como venda de imóveis, maquinismos, investimentos ou outros bens;
- outros créditos - destina-se a agrupar as contas do Ativo Circulante, cujos valores são irrelevantes, comparativamente às contas evidenciadas.

⇒ Estoques

Os estoques compreendem produtos e materiais de propriedade da empresa.

Compõem este grupo as seguintes contas:

- mercadorias para revenda: compreende as mercadorias adquiridas para comercialização;
- produtos acabados: representa os produtos cujo processo de fabricação foi concluído e já se encontram em condições de venda;
- produtos em elaboração: representa o valor do inventário de produtos que se acham em processo de fabricação na data de levantamento do balanço;
- materiais: compreende todo tipo de material existente na empresa, tanto aquele que se incorpora ao produto como aquele auxiliar da produção, administração e entregas;
- mercadorias em trânsito: compreende os bens comprados pela empresa que na data do balanço se acham em transporte, a caminho da empresa;
- provisão para redução ao valor de mercado: conta redutora de estoques, tem por finalidade eliminar dos estoques a parcela dos custos que provavelmente não é recuperável. Esta conta prevê prováveis perdas resultantes de estragos, deterioração, obsolescência, redução nos preços de venda ou de reposição do estoque

⇒ despesas antecipadas - são as aplicações de recursos da sociedade em despesas que serão futuramente apropriadas, como alugueis, seguros, comissões, assinaturas etc.;

b) Realizável a longo prazo

Esse grupo compreende as mesmas contas do Ativo Circulante, com prazo de realização superior a um ano ou ao ciclo operacional se este for superior.. Comumente o Realizável a Longo Prazo apresenta as seguintes contas:

- duplicatas a receber, títulos a receber, provisão para crédito de liquidação duvidosa, estoques, aplicações financeiras, obrigações reajustáveis do tesouro nacional, títulos da dívida pública, debêntures, cauções, depósitos compulsórios, importação em andamento, impostos a recuperar, reflorestamento, construções em andamento, obras em andamento, outros créditos.
- contas correntes: são direitos a receber da sociedade, provenientes de empréstimos de numerário a acionistas, sócios, diretores, coligadas e controladas ou a terceiros, cuja recuperação ocorre com a devolução do dinheiro emprestado;

c) Ativo Permanente

Esse grupo compreende as aplicações de recursos que não se deseja ou não se pode realizar. Ele se subdivide em Investimentos, Imobilizado e diferido. As aplicações feitas em caráter permanente com o objetivo de dar operacionalidade. Se as aplicações de recursos permanentes não se destinarem à manutenção da atividade da empresa, irão compor o grupo Investimentos

⇒ Investimentos

As principais contas de tal grupo são:

- participações permanentes em outras sociedades: engloba as participações no capital de outras empresas na forma de ações ou de quotas com característica de investimento permanente. Se essas participações forem acima de 10%, sem deter o controle do capital, devem ser classificadas como coligadas. No caso de detenção do controle do capital deverá ser classificado como controladas;
- provisão para perdas: tem a função de eliminar das contas do grupo de investimentos em coligadas e controladas a parcela que provavelmente não será recuperada pela empresa, ou as possíveis perdas de caráter permanente.
- outros investimentos: diversos tipos sem vinculação às atividades da empresa, como obras de arte, imóveis não destinados ao uso, bens locados a terceiros, quotas de clubes etc.;

⇒ Imobilizado

As aplicações feitas em caráter permanente, com o objetivo de dar operacionalidade à empresa. Compõem o grupo Imobilizado:

- terrenos: compreende os investimentos efetuados pela empresa na aquisição de terrenos, incluindo os gastos legais com escritura, registros e outros diretamente ligados a aquisição deste. Esta conta registra apenas os terrenos utilizados nas operações da empresa;

- construções: todos os custos incorridos pela empresa na construção de edifícios utilizados nas operações da empresa, tanto industriais como em vendas;
- instalações: devem ser registrados como instalações todos os gastos necessários ao funcionamento da empresa despendidos na instalação de divisórias, estantes, prateleiras, bem como as instalações especiais elétricas e hidráulicas requeridas para melhor funcionamento ou por condições especiais das operações da empresa;
- máquinas e equipamentos: são os custos havidos na aquisição e instalação de máquinas e equipamentos. Incluem-se, também, além do preço pago a fornecedores, os impostos, transportes, preparação para instalação etc.;
- móveis e utensílios: esta conta registra todos os bens representados por mesas e cadeiras, máquinas de escrever e calcular, arquivos, armários etc.;
- veículos: o custo de aquisição de veículos de transporte externos à empresa, tanto utilizados pela administração, como por vendas e produção. Como empilhadeiras, vagões, carrinhos, etc.;
- marcas e patentes: são os custos da empresa na aquisição de marcas e/ou patentes de terceiros, bem como aqueles decorrentes de desenvolvimento interno através de pesquisas e que tenham sido efetivamente registrados nos órgãos competentes;

- benfeitorias em imóveis de terceiros: as melhorias, reformas, pinturas, construções, e adaptações efetuadas em imóveis de terceiros constituirão os custos que farão parte deste item;
- obras em andamento: são os custos incorridos pela empresa na construção de unidades fabris, comerciais e administrativas, incluindo custo de construção, importação em andamento, adiantamentos a fornecedores e prestadores de serviços, bem como almoxarifado de materiais a serem utilizados;
- depreciação, amortização e exaustão acumulada: estas contas registram a diminuição de valor das contas do ativo imobilizado, pela perda de seu valor ao passar os anos, pelo seu uso, obsolescência ou alocação de despesas do período dos gastos que farão parte de vários períodos.

⇒ Diferido

Neste grupo estão compreendidos os gastos que não foram apropriados a Resultados e que irão beneficiar exercícios futuros. São gastos de uma atividade que se espera venha gerar receitas nos próximos exercícios.

Os principais componentes do Ativo Diferido são:

- gastos com implantação e pré-operacionais: agrupa todos os gastos incorridos pela empresa, antes do início de suas operações, que serão apropriados a Resultados quando do início de suas operações;
- gastos com pesquisas e desenvolvimento de produtos: referem-se aos gastos incorridos na pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos, que

serão amortizados durante o período em que tais produtos desenvolvidos produzirem resultados para a empresa;

- amortização acumulada: conta redutora, tem por finalidade registrar quanto das despesas diferidas já foi apropriado a resultados.

2.4.1.2 Passivo

Os grupos e contas do Passivo, que compõem o balanço patrimonial, estão divididos da forma a seguir:

a) Passivo Circulante

Este grupo compreende todas as obrigações da empresa vencíveis no prazo de um ano ou, se o ciclo operacional for maior que um ano, as obrigações vencíveis no ciclo operacional. Dentro deste encontram-se as contas a seguir descritas:

- fornecedores: origina-se das operações de compra a prazo, no mercado nacional ou no exterior, de matérias-primas a serem utilizadas no processo produtivo, mercadorias destinadas a revenda ou de insumos, outros materiais e serviços. Tais compras são adquiridas pela empresa no mercado nacional ou no exterior, sendo representadas por duplicatas a pagar na data do balanço;
- duplicatas a pagar a coligada ou controlada: refere-se a obrigações da sociedade oriunda de transações normais, ou seja, das compras de matérias-primas ou mercadorias a prazo de coligadas e controladas, como se fossem outro fornecedor;

- títulos a pagar: são obrigações de financiamentos junto a pessoas físicas ou outras empresas que não sejam instituições financeiras;
- tributos a pagar/recolher: são as obrigações relacionadas com impostos, taxas e contribuições;
- salários e encargos sociais: referem-se as obrigações da empresa com seus funcionários, bem como aos agentes arrecadadores de contribuições sociais;
- empréstimos e financiamentos: são os recursos obtidos junto a instituições financeiras do país para financiamento das imobilizações ou do giro dos negócios;
- empréstimo em moeda estrangeira: são as obrigações da empresa junto a instituições financeiras do exterior, cujos recursos obtidos foram destinados ao financiamento das imobilizações ou do capital de giro;
- outras contas de Passivo Circulante: a regra com relação ao passivo circulante é semelhante à do ativo circulante, no que se refere a outras contas, ou seja, podem configurar todas as contas que sejam de valor insignificante em relações às outras contas evidenciadas. Via de regra as contas principais que aparecem nesta rubrica são:
 - adiantamentos: valores recebidos pela empresa por conta de futura entrega de bens ou serviços;
 - contas a pagar: representa as obrigações das empresas surgidas em função de aquisição de utilidades e serviços, como energia elétrica,

água, telefone, propaganda, honorários profissionais de terceiros, aluguéis etc.

- dividendos, gratificações e participações: são as participações nos lucros destinados a empregados, administradores e partes beneficiárias previstas no estatuto social;
- imóveis a pagar: são as obrigações da empresa, provenientes de aquisição de bens imóveis, financiamentos pelos próprios vendedores de tais bens;
- outros débitos: agrupam contas do passivo circulante cujos valores são irrelevantes, comparativamente com as outras contas evidenciadas.

b) Exigível a longo prazo

Neste grupo estão compreendidos as obrigações da empresa vencíveis a prazo superior a um ano ou superior ao ciclo operacional da empresa. Integram o Exigível a Longo Prazo as seguintes contas: financiamentos de instituições de crédito, adiantamentos, contas a pagar, contas correntes, empresas coligadas e controladas, títulos a pagar, tais como:

- empréstimos do exterior de coligadas/matriz: são as obrigações da sociedade junto a coligada situada no exterior, proveniente de empréstimos;
- empresas coligadas e controladas: são as obrigações da sociedade junto a empresas coligadas, sediadas no país, proveniente de empréstimos;

c) Resultados de exercícios futuros

Neste grupo estão as receitas de exercícios futuros deduzidas das despesas incorridas ou a incorrer. Essas receitas são aquelas faturadas antecipadamente, em relação ao momento de sua efetiva realização. As principais contas desse grupo são:

- resultado diferido de incorporação de imóveis: compreende a receita diferida, deduzida dos custos efetivamente incorridos, e os custos previstos a incorrer, relativos às unidades imobiliárias vendidas, pertencentes a exercícios futuros;
- resultados diferidos de venda de terrenos: refere-se a receita não recebida deduzidas dos custos efetivamente incorridos e dos outros custos a incorrer relativos a terrenos vendidos, urbanizados ou não, pertencentes a exercícios futuros;
- aluguel recebido antecipadamente: são as receitas recebidas antecipadamente e ainda não realizadas. Esta conta é considerada nessa rubrica, somente quando houver contrato que estabeleça o não reembolso, mesmo na devolução do imóvel pelo locatário.

d) Patrimônio Líquido

Este grupo representa os recursos dos acionistas ou sócios, formados por capital, dinheiro ou bens, entregues por estes à empresa ou por lucros gerados pela empresa e retidos em diversas contas de reservas ou de lucros acumulados. Além dessas podem, eventualmente, existir entradas de doações etc.

De acordo com a Lei 6.404/76, são integrantes do Patrimônio Líquido os seguintes elementos:

⇒ capital social

São os recursos iniciais conferidos pelos acionistas/sócios à empresa, os aportes posteriores de capital efetuados, ambos sob a forma de dinheiro ou bens, os aumentos por transferências das contas de Reservas e Lucros Acumulados. O capital a realizar: é uma conta retificadora do Capital Social, e representa a parcela de capital social subscrita pelos sócios mas não paga à empresa;

⇒ reservas de capital

São os acréscimos patrimoniais que não transitaram pelo resultado como receitas. São classificados como reservas de capital as seguintes contas:

- correção monetária do capital: registra o resultado da correção monetária do capital realizado enquanto não capitalizado;
- ágio na emissão de ações: refere-se ao valor excedente do preço pago pelos acionistas à sociedade, quando da subscrição de ações, em relação ao valor nominal
- alienação de partes beneficiárias: são os valores ganhos pela sociedade na venda de partes beneficiárias no mercado de valores mobiliários;
- alienação de bônus de subscrição: são os valores ganhos pela sociedade na venda de bônus de subscrição;

- prêmio na emissão de debêntures: são os ganhos da sociedade com a venda de debêntures no mercado mobiliário, acima de seu valor nominal;
 - doação de bens: refere-se aos valores dos bens imóveis ou direitos recebidos pela companhia em doação;
 - subvenção para investimentos: refere-se aos valores recebidos às empresas pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal como incentivo ou ajuda a setores econômicos, quando aplicadas em imobilizações para expansão;
- ⇒ reserva de reavaliação: corresponde à contrapartida de aumento de valor atribuído a componente do ativo, em virtude de nova avaliação, baseada em laudo de avaliação, firmado por peritos ou empresa especializada;
- ⇒ reservas de lucros: são as contas de reservas provenientes de transferência de lucros para a empresa. As principais contas neste grupo são:
- reserva legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício, por disposição da Lei 6.404/76 às sociedades anônimas de capital aberto;
 - reserva estatutária: são constituídas por determinação estatutária e absorvem uma parcela dos lucros do exercício;
 - reservas para contingências: constituídas com a finalidade de compensar, em exercícios futuros, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável;

- reservas de incentivos fiscais: origina-se da opção da própria empresa em aplicar parte do imposto de renda devido em incentivos fiscais feita a cada exercício, mediante indicação de rendimentos;
- reserva de lucros a realizar: constituídas com o objetivo de reter na empresa a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente e, assim, evitar a distribuição de dividendos aos lucros existentes economicamente mais financeiramente não realizáveis;
- lucros ou prejuízos acumulados: representa o saldo restante dos lucros ou prejuízos após as destinações para reservas de lucros e dividendos distribuídos. Essa conta liga o Balanço Patrimonial à Demonstração do Resultado;
- ações em tesouraria: conta retificadora do Patrimônio Líquido, representa as ações adquiridas pela própria empresa.

2.4.2 Demonstração do resultado de exercício

Iudícibus³⁹ afirma que a Demonstração do Resultado do Exercício, elaborada simultaneamente com o Balanço Patrimonial, constitui-se relatório sucinto das operações realizadas pela empresa durante determinado período de tempo, onde sobressai um dos valores mais importantes às pessoas nela interessadas, o resultado líquido do período, lucro ou prejuízo. Este demonstrativo é de suma importância no acompanhamento empresarial do lucro, bem como de todas as receitas, despesas e custos.

³⁹ IUDÍCIBUS, Sérgio de *Contabilidade introdutória*: equipe de professores da faculdade de economia, administração e contabilidade da USP; coordenação Sérgio de Iudícibus 8ed. São Paulo: Atlas, 1993.p.150

O Quadro 2 apresenta a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício. Em seguida é apresentado os conceitos e definições das principais contas que compõem essa Demonstração.

Quadro 2 – A estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVIÇOS
(-) Devoluções
(-) Abatimentos
(-) Impostos
(=) Receita Líquida das Vendas e Serviços
(-) Custo das Mercadorias, Produtos ou Serviços Vendidos
(=) Lucro Bruto
(-) Despesas com Vendas
(-) Despesas Financeiras (deduzidas das Receitas Financeiras)
(-) Despesas Gerais e Administrativas
(-) Outras Despesas Operacionais
(+) Outras Receitas Operacionais
(=) Lucro ou prejuízo Operacional
(+) Receitas não Operacionais
(-) Despesas não Operacionais
(=) Resultado do Exercício antes da Contribuição Social e Imposto de Renda
(-) Contribuição Social sobre o Lucro
(-) Imposto de Renda
(-) Participações de Dabêntures
(-) Participações de Empregados
(-) Participações de Administradores e Partes Beneficiárias
(-) Contribuições para instituições ou fundo de assistência ou previdência
(=) Lucro ou Prejuízo do Exercício
(=) Lucro ou Prejuízo por Ação

Fonte: MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995 p. 48

As principais contas da Demonstração do Resultado são:

a) Receita operacional bruta

Este grupo abarca as contas constituídas pelo valor bruto faturado de bens e serviços. O faturamento representa o ingresso bruto de recursos externos provenientes das operações normais de venda a prazo ou a vista, no mercado nacional e exterior;

b) Deduções das vendas

Configuram os valores que são diminuídos das receitas brutas por serem diretamente ligados à elas. As principais contas são:

- vendas canceladas: é a conta devedora que registra o montante das vendas devolvidas pelos clientes, tendo em vista defeitos apresentados ou não atendidos das especificações do pedido;
- abatimento sobre vendas: compreendem os descontos concedidos a clientes, após a entrega de produtos/mercadorias, por defeitos de qualidade, danos de entrega etc.;
- impostos incidentes sobre vendas: constituem-se os impostos, cujo o fato gerador é as vendas. Os principais são:
 - imposto sobre produtos industrializados (IPI): é imposto da união sobre os produtos que sofrem industrialização;
 - imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS): incide sobre o valor agregado em cada operação, sendo que este imposto é estadual;
 - imposto sobre serviços: incide sobre as vendas de serviços, sendo que este imposto é municipal;

c) custos dos produtos e serviços vendidos (CPV)

Nesta conta consta a apuração dos custos das vendas que podem ser custos dos produtos vendidos, custo dos serviços prestados e custo das mercadorias vendidas. Defini-se cada um destes como:

- Custo dos produtos vendidos
 - mão-de-obra direta: remuneração paga aos empregados da fábrica cujo o trabalho é diretamente proporcional à produção física;
 - materiais consumidos: custo dos materiais secundários utilizados na produção durante o período compreendido pela demonstração do resultado;
 - matérias-primas: consumo de matéria básica de transformação do produto. Este material corresponde ao principal ingrediente utilizado no processo de fabricação;
 - custos indiretos de fabricação: todos os custos necessários à produção, mas que não são diretamente vinculados ao produto nem variam proporcionalmente à produção.
- custo dos serviços prestados: Corresponde aos custos incorridos para a prestação do serviço;
- custo das mercadorias vendidas corresponde ao custo das mercadorias vendidas nas empresas comerciais.;

d) despesas operacionais

Segundo a Lei 6.404/76, compreendem as despesas necessárias para o funcionamento da empresa. As principais contas são:

- despesas de vendas: são as despesas necessárias para as vendas, bem como as de promoção e distribuição dos produtos da empresa no mercado, e ainda os riscos assumidos pela venda, como garantias e provisão para devedores duvidosos;
- despesas administrativas: são as despesas incorridas para a direção e execução das tarefas administrativas, como também as despesas gerais que beneficiam as atividades da empresa;
- despesas financeiras: são oriundas da remuneração paga a terceiros que financiaram a empresa. Essas englobam:
 - comissões e despesas bancárias: cobradas pelas instituições financeiras nas operações;
 - descontos concedidos: descontos dados à clientes por pagamentos antecipados de duplicatas;
 - juros: são os juros pagos em empréstimos, financiamentos, desconto de duplicatas etc.;
 - correção monetária pré-fixada: relaciona-se com a obrigação que tem preestabelecida a taxa de correção monetária;

- variação cambial: são os acréscimos de dívidas devidos à atualização periódica dos empréstimos e financiamentos pagáveis em moeda estrangeira.

- receitas financeiras: são os ganhos de capitais aplicados em investimentos temporários, e outros como:

- descontos obtidos: são oriundos de pagamentos adiantados à fornecedores;
- juros ativos: são os juros cobrados de clientes por atraso de pagamento, postergação de vencimentos etc.;
- receitas de investimentos temporários: são as receitas provenientes das aplicações financeiras.

e) Resultado não operacional

São os resultados oriundos de operações não vinculadas ao objeto social da empresa, como lucros ou prejuízos na venda de Ativo Permanente, baixa de Ativo Permanente, sinistros e suas indenizações etc.;

f) Provisão para o imposto de renda

Registra o saldo da provisão do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;

g) Provisão para a contribuição social sobre o lucro

Corresponde a provisão da contribuição social sobre o lucro líquido;

h) Gratificações e participações estatutárias

São despesas proporcionais ao lucro, com as participações dos empregados, diretores, debenturistas, portadores de partes beneficiárias, e contribuições para fundos de assistência à empregados etc.

i) Lucro ou prejuízo por ação

Corresponde ao valor de cada ação, após a apuração do lucro ou prejuízo no exercício.

2.4.3 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Segundo a FIPECAFI,⁴⁰ a – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, evidencia a mutação do patrimônio líquido a nível global (as novas integralizações de capital, resultado do exercício, ajustes de exercícios anteriores, dividendos, reavaliações etc.) e a nível de mutações internas (as incorporações de reservas ao capital, transferências de lucros acumulados para reservas, e vice-versa etc.)

O Quadro 3 apresenta a estrutura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Em seguida apresenta-se uma descrição dos principais componentes dessa Demonstração.

40 FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – USP. *Manual de contabilidade das sociedades por ações* – aplicável também às demais sociedades. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 569.

Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Reservas de Capital			Reservas de Lucros						Total
	Capital Realizado	Ágio na Emissão de Ações	Correção Monetária do Capital	Subvenções para investimentos	Reserva para contingência	Reservas Estatutárias	Retenção de Lucros para Expansão	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros acumulados	
SALDOS INICIAIS DO PERÍODO										
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES										
Efeitos da mudança de critérios contábeis										
Retificação de erros de exercícios anteriores										
CORREÇÃO MONETÁRIA										
AUMENTOS DE CAPITAL										
Com lucros e reservas										
Por subscrição realizada										
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO										
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO										
Transferência para reservas:										
Reserva Legal										
Reserva Estatutária										
Reservas de Lucros para Expansão										
Reservas de Lucros a Realizar										
Dividendos a Distribuir										
SALDOS FINAIS DO PERÍODO										

Fonte: FIECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – USP. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*: aplicável também às demais sociedades. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994 p. 573

Essa demonstração indica a formação e a utilização de todas as reservas, e não apenas das originadas por lucros. Tal servirá também para melhor compreensão para cálculos, como o dos dividendos obrigatórios. Se a empresa elaborar tal demonstração deixará de elaborar a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

As contas que formam o Patrimônio Líquido podem sofrer variações por inúmeros motivos, tais como:

a) itens que afetam o patrimônio total

- acréscimo pelo lucro ou redução pelo prejuízo líquido do exercício;
- redução por dividendos;
- acréscimo por reavaliação de ativos;
- acréscimo por doações e subvenções para investimentos recebidos;
- acréscimos por subscrição e integralização de capital;
- acréscimo pelo recebimento de valor que exceda o valor nominal das ações integralizadas ou o preço de emissão das ações sem valor nominal;
- acréscimo por prêmio recebido na emissão de debêntures;
- redução por ações próprias adquiridas ou acréscimos por sua venda;
- acréscimo ou redução por ajustes de exercícios anteriores.

b) itens que não afetam o total do patrimônio:

- aumento de capital com utilização de lucros ou reservas;

- apropriações do lucro líquido do exercício reduzindo a conta de lucros acumulados para a formação de reservas, como reserva legal, reserva de lucros a realizar, reserva para contingência e outras;
- reversões de reservas patrimoniais para a conta de lucros ou prejuízos acumulados;
- compensação de prejuízos com reservas etc.

O processo de preparação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido consiste em representar, de forma sumária e coordenada, a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas do Patrimônio Líquido.

Essa demonstração contemplará, de acordo com a CVM⁴¹ IN 59, no mínimo os seguintes itens:

- descrição das mutações;
- capital realizado atualizado;
- reserva de capital;
- reserva de reavaliação;
- reserva de lucros;
- ações em tesouraria;
- total do patrimônio líquido.

A conta do “Capital realizado atualizado”, abrange as seguintes colunas:

- capital subscrito;
- capital a realizar;
- correção monetária do capital realizado.

2.4.4 Demonstração das origens e aplicações de recursos

A FIPECAFI,⁴² referindo-se à Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, afirma que a DOAR procura evidenciar as origens de recursos que avaliam a folga financeira de curto prazo (ou o capital circulante líquido, numa linguagem mais técnica) e as aplicações de recursos que consomem essa folga. Essa Demonstração apresenta uma visão comparativa entre dois exercícios, ou mais, de onde provieram e para onde foram os recursos aplicados na entidade.

Segundo Matarazzo,⁴³ enquanto o balanço apresenta, em determinado momento, de um lado, a origem de recursos e de outro lado as aplicações de recursos, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos mostra as novas origens e aplicações verificadas durante o exercício.

Para Martins e Assaf Neto⁴⁴ essa demonstração tem o objetivo de evidenciar de onde se originam os valores que aumentam o capital circulante líquido da empresa e para onde foram os valores que diminuíram este. Trata-se de um fluxo financeiro que procura ampliar a utilidade das demonstrações contábeis.

O quadro 4 evidencia a estrutura da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Em seguida apresenta-se a descrição dos principais componentes dessa Demonstração.

⁴¹ CVM – Comissão de Valores Mobiliários- Instrução Normativa 59

⁴² FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – USP. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 579.

⁴³ MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e comercial*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995, p. 50

Quadro 4 – Demonstração das origens e aplicações de recursos

ORIGENS DE RECURSOS

1) DAS OPERAÇÕES

- Lucro líquido do ano

(+) Depreciações e amortizações

(+) Variações monetárias de empréstimos e financiamentos a longo prazo

(-) Participações nos resultados de controladas e coligadas

(-) Resultado na alienação de bens do imobilizado

Total das Operações

2) DOS ACIONISTAS:

- Integralização de capital

3) DE TERCEIROS

- Ingresso de empréstimos a longo prazo

- Alienação de itens do imobilizado (valor de venda)

- Resgate de investimentos temporários a longo prazo

Total das origens

APLICAÇÕES DE RECURSOS

1) Aquisição de direitos do Imobilizado (ao custo)

2) Adições ao custo no ativo diferido

3) Aplicações em investimentos permanentes em outras sociedades

4) Aplicações em investimentos temporários a longo prazo

5) Transferência para curto prazo de empréstimo e financiamento a longo prazo

6) Dividendos propostos

Total das Aplicações

ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Fonte: MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e comercial*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995 p. 52

De acordo com Sanvicente,⁴⁵ o conceito de recursos possui dois significados

diferentes:

44 MARTINS, Eliseu e ASSAF NETO, Alexandre. *Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias*. São Paulo: Atlas, 1986 p. 82

45 SANVICENTE, Antonio Zorato. *Administração financeira*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997 p. 170

- a) pode representar os recursos disponíveis em dinheiro para a empresa; neste caso, o termo “recursos” corresponde ao que geralmente denomina-se disponível;
- b) corresponde alternativamente à idéia de dinheiro mais direitos a curto prazo menos obrigações a curto prazo. Neste caso liga-se ao conceito de Capital Circulante Líquido.

Para a gestão financeira, o estudo desses recursos é indispensável pois eles constituem matéria-prima para o seu trabalho. Fundamentalmente esse estudo permite dizer alguma coisa sobre a adequação entre os planos de investimentos, aplicações, e as disponibilidades de recursos, origens, para financiá-los ao longo do tempo.

Sanvicente⁴⁶ classifica as origens e aplicações em tipos, a seguir:

- a) são origens aquelas variações de saldos que apresentam aumentos de recursos recebidos pela empresa. Essas são representadas por:
 - aumentos de saldos de contas de exigível e não exigível;
 - reduções de saldos de contas de ativo; e
 - despesas não desembolsadas, como depreciação, que devem ser somadas para dar uma idéia precisa dos fundos gerados pelas operações da empresa.
- b) são aplicações as variações de saldos de contas que representam novos investimentos com os recursos obtidos como:

⁴⁶ SANVICENTE, Antonio Zorato. *Administração financeira*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997 p. 171

- aumentos de saldos das contas de ativo; e
- reduções de saldos de contas de exigível e não exigível.

Além desses é útil apresentar como origem o lucro gerado pelas operações da empresa, ajustado pela soma das despesas não desembolsadas, mesmo que esse lucro venha a estar incluído nas alterações das contas “lucro do exercício” ou “lucros acumulados”.

Sanvicente⁴⁷ apresenta as seguintes utilidades da demonstração das origens e aplicações de recursos:

- a) indica comportamento desproporcional entre o investimento em ativos e a evolução das vendas, tanto no passado quanto com base em projeções para o futuro;
- b) permite estimativas de necessidades de recurso entre as fontes internas e externas, bem como um equilíbrio mais apropriado entre elas;
- c) examina relações entre dividendos e lucros, ligando-as às exigências de fundos de empresa;
- d) aponta a proporcionalidade, ou sua existência, entre o crescimento das vendas e o financiamento dos ativos correspondentes, que resultam do volume de vendas; e
- e) as relações de adequação entre as fontes de curto prazo e longo prazo e as aplicações de maturação correspondente.

47 SANVICENTE, Antonio Zorato. *Administração financeira*. 3ed. São Paulo: Atlas, 1997.p. 171

Para Braga,⁴⁸ a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos revela as mudanças estruturais ocorridas na posição financeira da empresa. Esta demonstração permite que sejam conhecidos e avaliados:

- a) a política de inversões permanentes da empresa e as correspondentes fontes de recursos;
- b) a capacidade da empresa em gerar recursos adicionais através de suas operações;
- c) o aporte de novos recursos permanentes, de terceiros, e onde os mesmos foram aplicados;
- d) o aumento ou redução de capital circulante líquido e quais foram os eventos responsáveis por essas alterações; e
- e) a adequação da política de dividendos em face da geração de fundos.

A estrutura da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos é:

2.4.5 Notas explicativas

O art. 176, § 4º, da Lei 6.404/76 estabelece que as Demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

O § 5º do mesmo artigo determina que as Notas deverão indicar:

48 BRAGA, Roberto. *Fundamentos e técnicas de administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1989.p 59

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especificamente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender as perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, §3º);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o numero, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º);
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

2.4.6 O parecer dos auditores independentes

Para mensurar a adequação e confiabilidade dos registros e das demonstrações contábeis, a Contabilidade utiliza-se também de uma técnica que lhe é própria, chamada auditoria. Esta técnica consiste em exames de documentos, livros e registros, inspeções, obtenção de informações e confirmações internas e externas, obedecendo à normas apropriadas de procedimento. O objetivo destes procedimentos é verificar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação nelas demonstradas, de acordo com os princípios fundamentais e normas de contabilidade, aplicados com uniformidade.

O produto deste trabalho é o Parecer de Auditoria. Este parecer é obrigatório através da Lei 6.404/76, § 3º, determina a auditoria das demonstrações contábeis a serem por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, emitiu a Resolução n.º 700/91 referendada pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, que estabeleceu as seguintes normas para a elaboração deste parecer:

- a) o parecer deve declarar se o exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria, e se as Demonstrações Contábeis examinadas estão apresentadas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade;
- b) o parecer deve declarar se os princípios contábeis foram aplicados com uniformidade em relação ao período anterior;
- c) salvo declaração em contrário entende-se que o auditor considera satisfatórios os elementos contidos nas demonstrações examinadas e nas exposições informativas constantes das notas que as acompanham;

- d) o parecer deve expressar a opinião do auditor sobre as Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Quando não se puder expressar opinião sem ressalvas sobre todos os elementos contidos nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, devem ser declaradas as razões que motivaram esse fato. Em todos os casos o parecer deve conter indicação precisa da natureza do exame e do grau de responsabilidade assumida pelo auditor.

Os usuários dessas informações contidas no Parecer de Auditoria ficam na expectativa de que as demonstrações contábeis publicadas de forma obrigatória foram auditadas, conferidas e testadas. O parecer, portanto, vem apresentar a credibilidade das demonstrações contábeis.

2.4.7 Informações trimestrais

As Informações Trimestrais são exigidas pela Instrução Normativa CVM n.º 202, de 06 de dezembro de 1993, no capítulo “Informações Periódicas”, art. 16, inciso VIII. Dispõe esse inciso, que essas informações serão elaboradas em moeda de capacidade aquisitiva constante, acompanhadas de Relatório de Revisão Especial, emitido por auditor independente devidamente registrado na CVM – Comissão de Valores Mobiliários, até 45 dias após o término de cada trimestre do exercício social, excetuando o último trimestre, ou quando a empresa divulgar as informações para acionistas, ou para terceiros, caso isso ocorra em data anterior.

As principais informações de análise que compõem as ITRs-Informações Trimestrais são:

- acompanhamento trimestral do desempenho da empresa;

- análise da tendência do resultado do exercício em comparação com as projeções realizadas;
- extração dos indicadores econômicos-financeiros do balanço patrimonial e demonstração do resultado;
- análise das informações sobre projeções empresariais;
- análise do relatório da revisão especial dos auditores independentes.

2.4.8 Informações anuais

A Instrução Normativa CVM n.º 202 obriga em seu inciso IV a preparação do Formulário de Informações Anuais - IAN, até trinta dias após a realização da assembleia-geral ordinária. Esse formulário condensa todas as informações financeiras da empresa e deve ser elaborado contendo as seguintes informações:

- Estrutura e controle acionário;
- Composição do capital social;
- Características do setor de atuação;
- Posicionamento da empresa no processo competitivo;
- Dividendos distribuídos nos últimos três anos;
- Participações e contribuições distribuídas nos últimos três anos;
- Patentes, marcas e franquias da empresa;
- Propriedades da empresa;

- Negócio da empresa, envolvendo o mercado, concorrentes, principais produtos, fornecedores, clientes etc.

2.4.9 Demonstrações financeiras padronizadas

A Instrução Normativa CVM n.º 202 obriga em seu inciso II do art. 16, a divulgação do formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, elaboradas em moeda de capacidade aquisitiva constante, até um mês antes da data marcada para a realização da assembleia-geral ordinária ou no mesmo dia de sua publicação pela imprensa ou de sua colocação à disposição dos acionistas, se esta ocorrer em data anterior à assembleia-geral ordinária.

2.4.10 Demonstrações contábeis consolidadas

Para as Demonstrações Contábeis de duas ou mais empresas participantes de um mesmo grupo econômico, a Lei 6.404/76, em seu artigo 249 e 250, exige que estas empresas devem elaborar e publicar as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Para Franco,⁴⁹ o objetivo maior das Demonstrações Contábeis Consolidadas é demonstrar a verdadeira potencialidade do conglomerado. Apresentar como se fosse uma única empresa, a real situação patrimonial, financeira e de resultados do grupo econômico constituído de várias empresas interligadas.

Com isso, informa-se que determinados grupos tem interesses relevantes ramificados em outras empresas e evidencia-se a situação desses interesses, seus reflexos no conjunto, suas possibilidades e suas deficiências. Por sua vez o Balanço Consolidado apresenta benefícios ao grupo econômico empreendedor e próspero, por outro lado revela

situações perigosas àquele conglomerado que, isoladamente, poderia apresentar poderio e grandeza.

A legislação (Lei 6.404/76) obriga na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas a exclusão:

- das participações de uma sociedade em outra;
- os saldos de quaisquer contas entre as sociedades;
- das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo permanente que correspondam a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

A CVM – Comissão de Valores Mobiliários, dirige a obrigatoriedade, da elaboração e publicação das Demonstrações Contábeis Consolidadas, às companhias abertas, sejam elas investidoras, ou façam parte, como investidas, de grupo de sociedades. Entretanto, no artigo 275 da Lei 6.404/76, afirma que há a obrigatoriedade à essas demonstrações aos grupos de companhias, independentemente de fazer parte do grupo qualquer companhia aberta.

As demonstrações a serem consolidadas são:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Estas devem estar devidamente acompanhadas das correspondentes Notas Explicativas e quadros analíticos esclarecedores.

Diante do exposto, pode-se observar a grande complexidade de normas e legislações que amarram a apresentação dos demonstrativos contábeis. Nota-se que a elaboração das mesmas deve ser adaptada aos diversos usuários da contabilidade, com isto consegue-se atender suas expectativas informacionais e faz-se das Demonstrações Contábeis e Complementares um instrumento útil de gestão administrativa das empresas.

2.5 Elaboração de relatórios e características da informação contábil - financeira

Cautela e Polloni⁵⁰ afirmam que “a informação contábil deve ser clara, precisa, rápida e dirigida”. Bio⁵¹ expressa-se sobre a “qualidade da informação gerencial”, atribuindo as seguintes características: comparabilidade, confiança, geradas em tempo hábil, nível de detalhamento adequado e relevância.

Para Padoveze,⁵² a visão do contador quanto a posição do usuário deve ser a de que este nunca deve impor sua visão de informação. Sua obrigação é fornecer o que pedem, do jeito que pedem. Se consultado ele pode opinar, nunca impor.

Uma informação contábil tem que ser explicitada no menor prazo possível. Uma informação morosa ou atrasada perde toda a validade e só servirá para consulta de dados anteriores. Uma informação aproximada dentro do prazo é muito mais importante do que uma informação precisa atrasada.

50 CAUTELA, Alciney Lourenço e POLLONI, Enrico Giulio Franco. *Sistemas de informação na administração de empresas*. São Paulo: Atlas, 1988. p. 22.

51 BIO, Sérgio Rodrigues. *Sistemas de informações: um enfoque gerencial*. São Paulo: Atlas, 1985. p. 121-122.

52 PADOVESE, Clóvis Luís. *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. São Paulo: Atlas, 1994. p. 44.

Os Demonstrativos Contábeis básicos em primeira mão, deverão servir como base para a integração com outros relatórios gerenciais. Para isso, aqueles deverão apresentar as contas que servirão de base para a estruturação dos sistemas de informações contábeis gerenciais.

Dentre esses sistemas, tem-se para diversos fins, diferentes subsistemas. Todos estes utilizando de uma forma ou de outra a informação contábil, esta partindo dos Demonstrativos Contábeis básicos e preparando os relatórios específicos para cada usuário. Neste processo é essencial a utilização dos objetivos informacionais dos usuários como parâmetro, para o aperfeiçoamento e a apresentação das informações.

Para Gil,⁵³ os sistemas de informações contábeis devem atender diversos aspectos, como: ciclo administrativo – sistemas de planejamento, sistemas de execução e sistemas de controle; nível empresarial – sistemas de informações operacionais, táticos e estratégicos; e a área da empresa – industrial, comercial, administrativa e contábil-financeira. Para ele a combinação destes fatores é que trará o resultado esperado.

Contudo, existe a necessidade de que cada gestor faça as suas padronizações e adaptações, visando obter as informações necessárias ao seu trabalho. Na área financeira também ocorre este fato.

2.5.1 Padronização das demonstrações contábeis para uso na gestão financeira

A padronização das demonstrações contábeis para fins de análises financeiras tem por objetivo levar as peças contábeis a um padrão que atenda às diretrizes internas da

53 GIL, Antonio de Loureiro. *Sistemas de informações: contábil, financeiros*. São Paulo: Atlas, 1992. p. 33.

instituição ou do profissional que esteja desenvolvendo a análise, a fim de dar suporte a todas as etapas do processo de gestão.

Segundo Silva,⁵⁴ cada análise é desenvolvida com um propósito específico.

Para ele, pode-se elaborar análise para os seguintes objetivos:

- decisão de crédito;
- compra ou venda de ações;
- aquisição ou reorganização de empresas;
- fusão, incorporação ou cisão de empresas;
- análise da concorrência;
- análise do seguimento econômico.

As análises financeiras seguem diversos critérios de acordo com os fins específicos. Uma análise para decisão sobre grandes negócios deverá ter uma abrangência muito maior que no caso de negócios pequenos. Dessa forma, a análise das demonstrações contábeis, para fins de gestão financeira, deverá utilizar-se dos mesmos critérios. O gestor financeiro deverá avaliar o tamanho do negócio ou fluxo que está elaborando para, a partir de então, especificar os procedimentos de padronização da análise financeira das demonstrações contábeis.

Para Matarazzo,⁵⁵ as demonstrações contábeis devem ser preparadas para a análise da mesma forma que um paciente que vai submeter-se a exames médicos. O trabalho de padronização consiste numa crítica às contas das demonstrações contábeis,

54 SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 3ed. São Paulo: Atlas, 1995. p. 150.

55 MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995. p.141.

bem como na transcrição delas para um modelo previamente definido. Para ele, a padronização das demonstrações contábeis é feita pelos seguintes motivos:

- simplificação: um balanço apresentado segundo a Lei 6.404/76, compreende cerca de 60 contas. Isso dificulta a visualização do balanço como um todo. Ao se colocar lado a lado três balanços com 60 valores cada, para cada conta, e se se calcular os percentuais de variação de um período para o outro, chega-se a 540 números, o que complica o trabalho de um analista;
- comparabilidade: com exceção das companhias que operam em ramo onde existe um plano de contas obrigatório, toda empresa tem seu plano de contas próprio, com maior ou menor grau de detalhes e com títulos de contas em que é difícil descobrir a origem. Como a análise se baseia em comparação, só faz sentido analisar uma demonstração após o seu enquadramento num modelo que permita comparação com outras demonstrações;
- adequação aos objetivos da análise: há pelo menos uma conta que deve sempre ser reclassificada: Duplicatas Descontadas; do ponto de vista contábil, é conta retificadora de Duplicatas a Receber; do ponto de vista de financiamentos, é um recurso tomado pela empresa junto aos bancos, por exemplo. Do ponto de vista financeiro, em nada se distingue de empréstimos bancários;
- precisão nas classificações de contas: é freqüente encontrarem-se demonstrações com falhas nas classificações de contas. Certos

procedimentos de caráter legal devem ser reclassificados para um formato gerencial. Na área financeira deve-se levar em conta os prazos de efetivos recebimentos e pagamentos, o efetivo valor dos bens circulantes e aspectos do mercado;

- descoberta de erros: há casos de erros identificados nas demonstrações contábeis, e se descobertos devem ser consertados na padronização. Uma padronização rigorosa deveria sempre ser precedida da elaboração de um fluxo de caixa. O fluxo de caixa tem a virtude de mostrar a coerência entre duas demonstrações, descobrindo qualquer irregularidade das peças analisadas;
- intimidade do analista com as demonstrações contábeis da empresa: a padronização obriga o analista a pensar em cada conta das demonstrações contábeis e a decidir sobre sua consistência com outras contas. Ao terminar esse trabalho, o analista adquire grande familiaridade com os números da empresa e poderá enxergar detalhes que, de outra forma, não conseguiria.

A construção de relatórios, que tomem por base as demonstrações contábeis, constituem-se um estudo bastante complexo, face a grande diferença existente entre os métodos utilizados. Na área financeira, dependendo do objetivo de cada relatório, o gestor deverá estar preocupado com a evolução dos fluxos de capitais e disponibilidades da empresa, para que esta possa fazer caixa aos investimentos programados pela empresa. Para isso, este deverá ter conhecimento da programação de gastos a curto e a longo prazo utilizando como base de dados, as demonstrações contábeis elaboradas pela Contabilidade.

2.5.2 Etapas básicas do processo de análise das demonstrações contábeis na gestão financeira

Para Silva,⁵⁶ a análise das demonstrações contábeis exige preparação preliminar das peças contábeis. A padronização das mesmas é uma das etapas precedentes da análise financeira. O processo de análise como um todo obedece a uma seqüência, conforme segue:

- recebimento da documentação para análise: é variável, de acordo com algumas circunstâncias, a forma como o analista recebe a documentação para a análise. A variação se relaciona com o grau de obrigação legal de publicação e elaboração das demonstrações contábeis das empresas. Uma sociedade anônima de capital aberto, por exemplo, terá uma obrigatoriedade natural de elaboração e publicação de informações financeiras, muito maior que uma empresa de outra forma jurídica. Este fato pode fazer diferença no grau de dificuldade de obtenção de informações dos analistas financeiros;
- conferência da documentação recebida: os analistas devem estar atentos para a qualidade da documentação apresentada. Quando as demonstrações contábeis não se apresentarem confiáveis para o analista, pode ser preferível que não se faça a sua análise. Com isso evita-se que possam ser tomadas decisões sem o correto dimensionamento do risco da empresa;
- leitura e padronização das demonstrações contábeis: a reclassificação ou padronização das destas tem como objetivo trazê-las a um padrão de

56 SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995 p.151.

procedimentos e de ordenamento na distribuição das contas. Visa-se, com isso, a diminuição das diferenças nos critérios utilizados pelas empresas na apresentação das demonstrações contábeis. Outro objetivo é fazer com que as demonstrações contábeis atendam as necessidades de cada gestor. Para isso devem seguir critérios próprios de estruturação para cada área.

O processo de análise consiste no uso de várias técnicas, que resultam em relatórios que variam em formato e quantidades de contas, de acordo com os objetivos de cada área.

2.5.3 Relatórios de análise na gestão financeira

Para Walter,⁵⁷ a forma mais convincente de um relatório de análise financeira ainda é problema questionável pelos analistas. O conteúdo do relatório deve ser ordenado de acordo com os objetivos da análise e do tipo de opinião ou recomendação a ser dada pelo gestor. De qualquer modo, o relatório deve ter uma estrutura que permita identificar a empresa, assim como os objetivos e o processo adotado para análise.

No corpo do relatório, o texto deve indicar, em linguagem precisa, os comentários e a interpretação do gestor financeiro, de modo a facilitar aos interessados o conhecimento pleno da situação da empresa e da sua tendência para o futuro.

A parte final do relatório deve ser reservada para a opinião e recomendação do gestor financeiro quanto aos fatos observados e analisados e da expectativa da empresa se for mantida a mesma tendência. Cada relatório, de acordo com este ou aquele objetivo, deve ser apresentado de modo singular. Este procedimento faz com que haja diversos

57 WALTER, Milton Augusto. *Introdução à análise de balanços*. São Paulo: Saraiva, 1988. p. 334.

roteiros que cada gestor financeiro terá que desenvolver diante de suas necessidades informacionais.

O relatório do gestor/analista pode ser acompanhado de demonstrações adequadas que identifiquem a situação das contas ou grupos do patrimônio ou dos resultados da empresa, tomando-se por base períodos com a mesma extensão.

Através desses relatórios, a análise financeira das demonstrações contábeis, propicia as avaliações do patrimônio da empresa e das decisões tomadas, tanto em relação ao passado – retratado nas demonstrações contábeis, quanto em relação ao futuro – espelhado no orçamento financeiro.

Tal peça de gestão tem sua base de informações extraída principalmente de relatórios de análises de gestão financeira. Estes relatórios, por sua vez, utilizam as demonstrações contábeis para obter as informações necessárias, e após prepará-las, padronizando suas informações aos objetivos financeiros, elaboram o planejamento financeiro da empresa.

2.5.4 O orçamento de capital calcado em informações nas extraídas das demonstrações contábeis

Gitman⁵⁸ afirma que o processo de orçamento de capital envolve a geração de propostas de investimento a longo prazo. Para ele uma vez que os investimentos a longo prazo representam desembolsos consideráveis de fundos que obrigam a empresa a seguir um determinado curso de ação, são necessários certos procedimentos para analisá-los e

58 GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 7ed. São Paulo: Harbra, 1997. p. 288.

selecioná-los adequadamente. Neste aspecto, o controle das contas de longo prazo nas demonstrações contábeis é de suma importância para a boa gestão.

Define orçamento de capital como o processo que consiste em avaliar e selecionar investimentos a longo prazo, que sejam coerentes com o objetivo da empresa de maximizar a riqueza de seus proprietários. Em geral, uma vez que uma proposta de investimento tenha sido considerada aceitável, o gestor financeiro passa a escolher o melhor método de financiamento. Essa escolha depende muito claramente das informações que este gestor obtiver, através das contas de capacidade de gastos a longo prazo.

O dispêndio de capital é um desembolso de fundos feito pela empresa, com o objetivo de gerar benefícios a longo prazo. Para Gitman,⁵⁹ os motivos principais para fazer dispêndios de capital são:

- expansão: uma empresa em crescimento acha muitas vezes necessário adquirir novos ativos imobilizados rapidamente, como imóveis e instalações fabris;
- substituição: a medida que o crescimento da empresa diminui e ela atinge a maturidade, a maior parte de seus dispêndios de capital será para substituir ou renovar ativos obsoletos;
- modernização: é freqüente uma alternativa à substituição. A modernização pode incluir a reconstrução, o condicionamento ou a adaptação de uma máquina ou das instalações existentes;

59 GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 7ed. São Paulo: Harbra, 1997. p. 289.

- outras finalidades: alguns dispêndios de capital não resultam na aquisição ou transformação de ativos imobilizados tangíveis constantes do balanço patrimonial da empresa; antes envolvem um comprometimento de recursos a longo prazo. Este tem uma expectativa de retorno futuro.

No processo de orçamento de capital, o gestor financeiro elabora cinco etapas distintas, porém inter-relacionadas. Todas essas etapas necessitam de informações que são obtidas através, e inicialmente, das demonstrações contábeis. Gitman⁶⁰ descreve as seguintes etapas:

- geração de propostas: as propostas para dispêndio de capital são feitas por pessoas em todos os níveis da organização. O gestor deve estar atento aos seus controles para que o equilíbrio das contas que acoplam os valores dos setores não sejam alterados ou se distanciem dos objetivos traçados;
- avaliação e análise: as propostas são formalmente avaliadas. Nesta etapa relaciona-se as projeções de custos e benefícios, bem como a evolução dos retornos obtidos com investimentos anteriores efetuados nos setores de análises;
- tomada de decisão: a magnitude do desembolso, em valores monetários, e a importância do dispêndio de capital determinam em qual nível hierárquico da organização a decisão será tomada. Neste aspecto o nível de informação contábil também varia em seus detalhes. Cada nível hierárquico tem necessidades de detalhamento das informações contábeis diferenciadas;

⁶⁰ GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 7ed. São Paulo: Harbra, 1997. p. 290

- **implementação:** tendo a proposta aprovada e os fundos necessários estejam disponíveis, inicia-se a fase de implementação. Nesse nível a informação contábil deve ser direcionada para o efetivo controle dos gastos pré-orçados, garantindo assim o retorno esperado. Tal necessidade obriga que as informações contábeis sejam elaboradas em tempo hábil.
- **acompanhamento:** envolve a monitoração dos resultados durante a fase operacional do projeto. Existe a comparação dos resultados reais com os resultados planejados em orçamento. Nesta fase, os resultados devem ser elaborados, visando a análise horizontal dos resultados anteriores. Para isso deve-se obter as informações contábeis de forma padronizada e em moeda constante.

Cada etapa do processo é importante. Contudo, a avaliação, análise e tomada de decisão requerem maior tempo e esforço e , por isso, são foco de atenção redobradas. Para que estas possam ser objeto positivo e próspero às empresas, deve-se solidificar as informações contábeis. Entretanto, se houver desinteresse, por parte do gestor financeiro, no uso adequado destas informações, suas análises e decisões certamente estarão fundamentadas em informações pouco confiáveis.

2.5.5 Montagem de fluxo financeiro a partir das demonstrações contábeis.

A montagem do fluxo financeiro obedece algumas regras. Tais regras devem ser definidas e utilizadas, a partir de padrões que levem à construção de um histórico de caixa, uma disponibilidade presente e uma projeção futura da movimentação financeira da empresa.

Martins e Assaf Neto⁶¹ afirmam que um fluxo de caixa pode ser montado diretamente a partir da própria conta “Disponibilidades”, ou a partir dos relatórios diários da tesouraria ou por outra forma qualquer. Para eles, o Balanço Patrimonial é uma demonstração puramente estática, pois fornece a posição patrimonial acumulada em determinado momento. Afirmam ainda que, contrariamente ao Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido abrange um período todo e inclui, como um dos seus itens mais importantes, o resultado auferido neste intervalo.

Quanto à Demonstração do Resultado do Exercício, estes afirmam que ela possui componentes “econômicos” e/ou “contábeis” sem reflexo financeiro, como no caso das depreciações, ou às vezes com reflexo financeiro, mas em período distante do que se está no momento cogitando, como juros a pagar a longo prazo. Alguns fluxos de recursos ocorrem dentro da empresa, mas não entram na composição do resultado do exercício, como é o caso dos empréstimos e financiamentos, das imobilizações novas, das amortizações de financiamentos e outros.

Surge, então, a necessidade de se montar um fluxo financeiro que atenda às necessidades da gestão financeira. Para isso, são necessários vários ajustes, eliminando-se os componentes não financeiros das receitas e despesas do período. Além disso, deve-se obter reflexos a longo prazo, como adições de empréstimos contraídos e a venda de imobilizados a longo prazo que não provoquem alteração patrimonial.

A forma mais simples de se montar o fluxo financeiro é a partir da comparação dos balanços de início e fim do período. Tal comparação representa o início da montagem do fluxo de caixa, que após os ajustes devidos, chegará à versão final. Segue-se, então, a

61 MARTINS, Eliseu. ASSAF NETO, Alexandre. *Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias*. São Paulo: Atlas, 1986. p. 122

análise detalhada de cada variação apresentada e, após alguns ajustes, chega-se ao fluxo final.

Gitman⁶² classifica os padrões de fluxo de caixa em convencionais e não convencionais. Para ele, os padrões de fluxos de caixa associados a projetos de investimentos de capital são chamados de convencionais quando este consiste de uma saída inicial de caixa, seguida de uma série de entradas. Os padrões não convencionais podem ser qualquer um, no qual uma saída inicial não é seguida por uma série de entradas.

Gitman⁶³ apresenta três componentes básicos que podem ser incluídos nos padrões convencionais de fluxo de caixa: investimento inicial, entradas de caixa operacionais e fluxo de caixa residual. Todos os projetos, sejam de expansão, substituição, modernização ou outro motivo, possuem os dois primeiros componentes. Entretanto, alguns não apresentam o terceiro componente – o fluxo de caixa residual. Este fluxo consiste no fluxo de caixa não operacional, após o imposto de renda, que ocorre no final do projeto, em geral decorrente da liquidação do projeto.

Não obstante, classifica os fluxos em relevantes e incrementais. O primeiro consiste da saída de caixa incremental, após os impostos (investimento) e as entradas de caixa subsequentes resultantes, associadas a um dispêndio de capital proposto. Este incremental é o fluxo de caixa adicional, entradas ou saídas, que se espera obter como resultado de uma proposta de dispêndio de capital.

O desenvolvimento de fluxos de caixa relevantes é mais direto no caso de expansão do que substituição. Neste caso, o investimento inicial, as entradas de caixa

62 GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 7 ed. São Paulo: Harbra, 1997 p.292

63 GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 7 ed. São Paulo: Harbra, 1997.p. 294

operacionais e o fluxo de caixa residual são simplesmente as entradas e saídas de caixa, após o imposto de renda, resultantes da proposta de investimento. No caso de substituição de ativos, o desenvolvimento de fluxos é mais complicado, devendo a empresa determinar as entradas e saídas de caixa incrementais que resultarão da proposta de substituição. Para se obter o investimento inicial, neste caso, deve-se subtrair o valor necessário para a aquisição do novo ativo da entrada de caixa líquida (após o imposto de renda) prevista com a venda do ativo a ser substituído.

As entradas de caixa operacionais são determinadas pela diferença entre as entradas de caixa operacionais geradas pelo novo ativo e as que são geradas pelo ativo a ser substituído. O fluxo de caixa residual é dado pela diferença entre os fluxos de caixa, após o imposto de renda, esperados na liquidação do novo ativo e do ativo atualmente em uso.

Diante do exposto infere-se que a montagem de fluxos e relatórios, que possam auxiliar no processo de gestão financeira, depende intensamente das informações úteis prestadas pela contabilidade. A medida que estas informações forem sendo aperfeiçoadas, se conseguirá uma melhor adequação da gestão aos problemas que previsivelmente, ou não, poderão ocorrer.

3 METODOLOGIA

Esse capítulo tem por objetivo a apresentação da metodologia utilizada na realização da presente pesquisa, desde as questões de pesquisa, os procedimentos adotados na composição e determinação da população e amostra, o instrumento utilizado na coleta de dados, as técnicas empregadas no tratamento e apresentação dos dados, até as limitações da pesquisa realizada.

3.1 Questões de Pesquisa

As questões da presente pesquisa são:

- a) A atual divulgação de informações obrigatórias (exigidas pela Lei 6.404/76, atos normativos da CVM e regulamentos do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza), por meio de demonstrativos contábeis, atende as expectativas informacionais dos gestores financeiros?
- b) As informações úteis à análise dos gestores financeiros vêm sendo evidenciadas nos demonstrativos contábeis obrigatórios?
- c) Quais informações os gestores financeiros desejam que sejam evidenciadas nos relatórios periódicos anuais face as suas necessidades?
- d) Quais informações os gestores financeiros acham desnecessárias para o seu trabalho que vêm sendo evidenciadas de forma obrigatória nos demonstrativos contábeis?

3.2 População

Dentre a multiplicidade de usuários das informações evidenciadas pela Contabilidade, este estudo buscou retratar a opinião dos gestores financeiros sobre a atual divulgação de informações obrigatórias nas demonstrações financeiras, face às suas necessidades informacionais.

Assim, os gestores financeiros das empresas sediadas na Zona Franca de Manaus do polo Eletro-Eletrônico, que possuam sistema organizado de gestão financeira e tenham a obrigação de divulgar as demonstrações financeiras, constituem a população desta pesquisa.

3.3 Amostra

Desta população foi extraída uma amostra tipo intencional, entre as principais e maiores empresas do polo industrial eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus.

Para isso obteve-se uma listagem da SUFRAMA-Superintendência da Zona Franca de Manaus, com as 15 (quinze) maiores empresas do polo industrial eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus. Saliencia-se que pelo caráter sigiloso das informações prestadas pelas empresas, e devido a obrigação de garantir o direito das empresas pesquisadas ao anonimato, condição estabelecida por estas para que se pudesse coletar as informações, adotou-se letras para representar cada empresa, e seus nomes e respondentes foram conservados em sigilo às pessoas externas a essa pesquisa.

3.4 Coleta dos dados

Segundo Marconi e Lakatos,⁶⁴ o processo de coleta de dados é definido como a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos. Este estudo utilizou dados primários e secundários. Para Marconi e Lakatos,⁶⁵ dados primários são os dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc. Dados Secundários são a imprensa em geral e obras literárias.

Os dados primários foram coletados por um questionário/entrevista, constituído de perguntas fechadas, de questões de múltipla escolha, de escala de polaridade, bem como de questões abertas. Este questionário foi aplicado aos gestores de finanças pelo próprio pesquisador, através de entrevistas formais e confidenciais. Assim, estas entrevistas podem receber a classificação de entrevistas padronizadas ou estruturadas, visto estarem uniformizadas por um questionário.⁶⁶

Os dados secundários foram coletados por meio de publicações em jornais das demonstrações contábeis das empresas estudadas, como forma de acompanhamento e checagem das informações prestadas através do questionário. Além disso publicações e listagens obtidas através da SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus.

64 MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 30.

65 MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996 p. 24.

66 MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 85.

3.5 Tratamento dos dados

O tratamento dos dados obtidos nas empresas pesquisadas foi realizado pelas técnicas de tabulação e análise dos dados:

Tabulação e análise dos dados.

De posse dos dados coletados, passou-se ao processo de codificação dos mesmos. Segundo Marconi e Lakatos,⁶⁷ esta fase tem como objetivo transformar os dados aproximados em símbolos, números ou letras, que podem ser tabulados ou contados. A tabulação e análise dos dados é definida por Marconi e Lakatos como sendo a arrumação dos dados em tabelas, de maneira a permitir a verificação das relações que eles guardam entre si, fazendo parte de um processo estatístico. A tabulação e análise dos dados foi realizada com o auxílio de tabelas, através de análise de conteúdo e técnicas estatísticas.

Análise de conteúdo.

Marconi e Lakatos,⁶⁸ definem a análise de conteúdo como “uma técnica de pesquisa para descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo evidente da comunicação. O conteúdo das comunicações é analisado por meio de categorias sistemáticas, previamente determinadas, que levam a resultados quantitativos”. Esta técnica analisa o conteúdo das informações, estando voltada para as idéias e não às palavras na ação humana.

Técnicas estatísticas

67 MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 30

68 MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 114-115

A distribuição de frequência, conforme Marconi e Lakatos⁶⁹ constitui-se nas repetições agrupadas dos valores da variável analisada e, visa facilitar o trabalho estatístico, permitindo a melhor compreensão dos fenômenos. Foram utilizados os recursos da Estatística Descritiva visando a redução e simplificação dos dados e a possibilidade do estabelecimento de comparações entre os mesmos. As principais técnicas utilizadas para a redução dos dados foi a comparação de frequência (percentagens).

3.6 Apresentação dos dados

Para a apresentação dos dados foi utilizado o recurso da representação escrita associada a elaboração de tabelas estruturadas.

A representação Escrita: esta de acordo com Marconi e Lakatos, consiste em apresentar os dados coletados em forma de texto. Comentam ainda, que essa é, atualmente, a modalidade mais utilizada em livros, documentos e informes.

Por, sua vez, as tabelas consistem de uma forma de disposição gráfica das séries, de acordo com determinada ordem de classificação. Seu objetivo é sintetizar os dados de observação, tornando-os mais compreensivos.

3.7 Limitações da pesquisa

Apesar de todos os cuidados tomados na escolha do processo metodológico para a realização desta pesquisa, bem como no próprio decorrer da análise dos dados coletados, é necessário que sejam salientadas algumas limitações deste trabalho.

69 MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 137.

Deve-se levar em consideração, que a utilização do estudo em empresas que compõem um grupo empresarial restringe-se às empresas pesquisadas, não se permite a generalização das conclusões para outras organizações. Apenas permite conclusões para o grupo específico.

Contudo, a presente pesquisa não é conclusiva, porém exploratória, buscando identificar o maior número de hipóteses possíveis que possam, por ocasião de outros estudos, serem testadas e confirmadas.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esse capítulo contempla a análise dos resultados da presente pesquisa, obtidos através da tabulação dos questionários aplicados nas entrevistas aos gestores financeiros das empresas pesquisadas.

O presente capítulo foi estruturado em três seções. A primeira apresenta a estrutura do questionário aplicado nas entrevistas, com destaque aos principais aspectos investigados; a segunda evidencia as empresas estudadas, porém foi omitido o nome das empresas e dos seus gestores face à garantia de sigilo prestada pelo pesquisador; a terceira contempla a análise dos resultados por meio do agrupamento das respostas em tabelas a fim de garantir a associação dessas a cada questão.

4.1 Estrutura do questionário aplicado nas entrevistas

O questionário aplicado nas entrevistas aos gestores financeiros compõem-se das seguintes questões:

1. Empresa onde trabalha: nessa questão procurou-se identificar a empresa onde o gestor financeiro presta o seu serviço.
2. Formação acadêmica universitária: aqui procurou-se saber o grau de estudo dos atuais gestores financeiros.
3. Pós-graduação: além de uma resposta afirmativa ou negativa, buscou-se saber o curso que o gestor financeiro frequentou e qual sua área de especialização.

4. Anos de experiência como gestor financeiro: a questão visa conhecer a experiência dos gestores financeiros do setor.
5. Cargo que ocupa: aqui buscou-se identificar os cargos ocupados na gestão financeira do setor.
6. Quais os procedimentos /etapas de análise econômico-financeira antecedem suas decisões: aqui visou-se a identificação dos processos de análise econômico-financeira utilizados espontaneamente pelos gestores financeiros, anteriores às suas decisões.
7. Numere em ordem decrescente de importância, dentro do seu processo de análise, das fontes de informações para a gestão financeira da empresa em que você trabalha: visou, dentro de alternativas padronizadas, medir o grau de importância atribuído pelos gestores financeiros aos seguintes produtos informativos: artigos e entrevistas publicadas em jornais e revistas especializadas, demonstrações contábeis x divulgadas em jornais, balancetes mensais da empresa, notícias veiculadas pela imprensa, reuniões dos administradores e outras, e outras fontes – nesta alternativa deu-se margem a espontaneidade do gestor financeiro, em apresentar outra fonte que achasse interessante.
8. No seu modelo de gestão financeira, qual a intensidade de uso dos seguintes conjuntos de informações publicados?: nesta procurou-se, dentre os conjuntos de informações contábeis obrigatórias, identificar o uso destes em três categorias: uso integral; uso parcial e não uso. A finalidade é identificar o uso, pelos gestores financeiros, dos demonstrativos

obrigatórios, (balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração das origens e aplicações de recursos, notas explicativas, parecer dos auditores independentes, demonstrações contábeis consolidadas, ITRs – informações trimestrais, IAN- informações anuais, DFP- demonstrações financeiras padronizadas).

9. Numa escala de 0 a 5, qual nota você atribui à atual forma de divulgação dos conjuntos que seguem, tendo em vista as necessidades informacionais para o seu trabalho: nesta questão procurou-se identificar o grau de importância atribuído, a cada demonstração, pelo gestor financeiro. As demonstrações contábeis questionadas foram: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração das origens e aplicações de recursos, notas explicativas, parecer dos auditores independentes, demonstrações contábeis consolidadas, ITRs – informações trimestrais, IAN- informações anuais, DFP- demonstrações financeiras padronizadas.
10. Quais informações, apresentadas no balanço patrimonial, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?: nessa questão procurou-se identificar, as informações que os gestores financeiros consideram desnecessárias para o desempenho de suas atividades e que são apresentadas no balanço patrimonial.
11. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que o balanço patrimonial apresentasse?: essa questão procurou identificar outras

informações, ou formas, que os gestores financeiros gostariam que o balanço patrimonial apresentasse.

12. Quais informações, apresentadas na DRE - demonstração do resultado do exercício, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?: nessa questão procurou-se saber quais informações os gestores financeiros consideram desnecessárias em seu trabalho e que são apresentadas na demonstração do resultado do exercício.
13. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que a demonstração do resultado do exercício apresentasse?: essa questão procurou identificar outras informações, ou formas, que os gestores financeiros gostariam que a demonstração do resultado apresentasse .
14. Quais informações, apresentadas na DOAR- demonstração das origens e aplicações de recursos, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?: nessa questão procurou-se saber quais informações os gestores financeiros consideram desnecessárias em seu trabalho e que são apresentadas na demonstração das origens a aplicações de recursos.
15. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que a demonstração das origens e aplicações de recursos apresentasse?: essa questão procurou identificar outras informações, ou formas, que os gestores financeiros gostariam que a demonstração das origens e aplicações de recursos apresentasse.

16. Quais informações, apresentadas na DMPL- demonstração das mutações do patrimônio líquido, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?: nessa questão procurou-se saber quais informações os gestores financeiros consideram desnecessárias em seu trabalho e que são apresentadas na DMPL- demonstração das mutações do patrimônio líquido.
17. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresentasse?: essa questão procurou identificar outras informações, ou formas, que os gestores financeiros gostariam que a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresentasse.
18. Das notas explicativas obrigatórias, a seguir apresentadas, quais você considera/utiliza no seu processo de gestão financeira? Se necessário faça observações: nessa questão procurou-se verificar se cada nota explicativa obrigatória é utilizada, por parte dos gestores financeiros, bem como alguma observação de exceção, que o gestor financeiro quisesse fazer. As notas explicativas apresentadas nesta foram: principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, mudança de critérios contábeis, ajuste a valor presente, critérios de elaboração, indexador utilizado, critério de vinculação dos ganhos nos itens monetários etc. das demonstrações pela correção monetária integral, critérios adotados na consolidação, percentual de participação, base e fundamentos para amortização etc., provisão para créditos de liquidação duvidosas, reavaliação de ativos, ativo diferido, empreendimentos em fase de implantação, investimentos societários no

exterior, transação entre partes relacionadas, equivalência patrimonial, leasing (arrendamento mercantil), debêntures, vendas ou serviços a realizar, capital social autorizado, ações em tesouraria, opções de compras de ações, ajustes de exercícios anteriores, detalhamento das reservas do patrimônio líquido, retenção de lucros, reservas de lucros a realizar, dividendos propostos, dividendos por ação, ônus, garantias e responsabilidades eventuais ou contingentes, eventos subsequentes, capacidade ociosa, continuidade normal dos negócios, aposentadoria e pensões, remuneração de administradores.

19. Em que situações o parecer dos auditores independentes interfere no seu processo de gestão financeira?: tal questão procurou identificar as situações em que o parecer dos auditores independentes interfere no processo de gestão financeira das empresas pesquisadas.
20. O conteúdo dos pareceres dos auditores independentes resulta em fácil entendimento no que concerne à situação das demonstrações contábeis no seu processo de gestão financeira? Explique: tal questão buscou caracterizar o entendimento dos gestores financeiros com relação a linguagem utilizada pelos auditores independentes em seus pareceres.
21. Quais informações, apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?: nessa questão procurou-se saber quais informações os gestores financeiros consideram desnecessárias em seu trabalho e que são apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas

22. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que a demonstrações contábeis consolidadas apresentassem?: essa questão procurou identificar outras informações, ou formas, que os gestores financeiros gostariam que as demonstrações contábeis consolidadas apresentassem.
23. Quais informações, apresentadas nas ITRs-informações trimestrais, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?: nessa questão procurou-se saber quais informações os gestores financeiros consideram desnecessárias em seu trabalho e que são apresentadas nas ITRs-informações trimestrais.
24. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que as ITRs-informações trimestrais apresentassem?: essa questão procurou identificar outras informações, ou formas, que os gestores financeiros gostariam que as ITRs- informações trimestrais apresentassem
25. Quais informações, apresentadas nas IAN- informações anuais, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?: ? : nessa questão procurou-se saber quais informações os gestores financeiros consideram desnecessárias em seu trabalho e que são apresentadas nas IAN- informações anuais.
26. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que as IAN-informações anuais trimestrais apresentassem?: essa questão procurou identificar outras informações, ou formas, que os gestores financeiros gostariam que as IAN- informações anuais trimestrais apresentassem.

27. Quais informações, apresentadas nas DFP- demonstrações financeiras padronizadas, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?: nessa questão procurou-se saber quais informações os gestores financeiros consideram desnecessárias em seu trabalho e que são apresentadas nas DFP- demonstrações financeiras padronizadas.
28. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que as DFP- demonstrações financeiras padronizadas, apresentassem?: essa questão procurou identificar outras informações, ou formas, que os gestores financeiros gostariam que as DFP- demonstrações financeiras padronizadas, apresentassem.
29. De acordo com a instrução CMV nº 207/94 as demonstrações financeiras, pela correção monetária integral, das companhias abertas, poderão ser publicadas de forma resumida nos jornais de grande circulação na localidade em que se situe a bolsa de valores na qual a empresa tenha o seu maior número de ações negociadas, determinando, entretanto, o mínimo de informações que devem conter as publicações: balanço patrimonial condensado, demonstração sintética do resultado do exercício, proposta de distribuição do resultado do exercício, informação sobre o lucro/prejuízo por ação, referências ao parecer do auditor independente e indicação dos jornais e datas de publicações das demonstrações financeiras ordenadas pela Lei 6.404/76. Essas publicações de forma resumida, naqueles jornais, auxiliam no seu processo de gestão financeira? Explique: tal questão objetivou saber se as demonstrações condensadas auxiliam o processo de gestão financeira.

30. De maneira geral, a atual forma de divulgação de informações obrigatórias atende as expectativas informacionais para o seu trabalho? Comente: tal questão procurou apurar o nível de satisfação dos gestores financeiros sobre a atual forma de divulgação de informações obrigatórias.
31. Quais informações voluntárias, em sua opinião, deveriam ser divulgadas de forma obrigatória?: tal questão buscou identificar, as informações que não são evidenciadas de forma obrigatória, mas que na opinião dos gestores financeiros deveriam ser obrigatórias.
32. No seu modelo de gestão financeira há outros conjuntos de informações que você utiliza? Quais?: tal questão procurou saber se existem e quais são os conjuntos de informações, não obrigatórias, que são utilizadas por parte dos gestores financeiros.
33. Quais os grupos de índices ou quocientes, extraídos das demonstrações contábeis compõem o seu sistema de informações enquanto gestor financeiro?: tal questão procurou identificar, apresentando-se alternativas padronizadas, quais índices ou quocientes de análise econômico-financeiros são utilizados por parte dos gestores financeiros no seu processo de gestão financeira. Os índices apresentados foram: índices de liquidez, indicadores de insolvência, indicadores de endividamento e estrutura, quociente de rentabilidade, indicadores de atividades ou eficiência, bem como uma alternativa de outros, para que o gestor, espontaneamente, pudesse apresentar alternativa adicional.

4.2 Apresentação das empresas estudadas

Ao apresentar-se nas empresas, o pesquisador garantiu sigilo absoluto, a pedido dos próprios gestores financeiros, em relação ao nome da empresa e a pessoa respondente. Portanto o nome das empresas foi substituído pelas letras A, B, C e assim sucessivamente. Apresenta-se a seguir as empresas estudadas.

1. Empresa "A": localizada no distrito industrial de Manaus, pertence ao polo eletro-eletrônico. Iniciou suas atividades produtivas de componentes em Manaus no mês de maio de 1980. Nessa atividade tem uma área construída de 9.330 m², terreno de 43.357 m² e investimento fixo de US\$ 5.280.106. Possui 1.037 funcionários. Produz bobinas osciladoras de FI/FU e de FI/FM, PCI- peças plásticas injetáveis e ou expandidas. A empresa possui certificação ISO 9002. Na fabricação de produtos iniciou suas atividades em Manaus em outubro de 1973. Nessa atividade tem uma área construída de 23.475 m², um total do terreno de 46.483 m², investimento fixo de US\$ 142.340.000,00. Possui 583 funcionários. Produz aparelhos de som e vídeo cassete, além de telefones celulares e seus acessórios. Nesta atividade é detentora do certificado ISO 9002.
2. Empresa "B": atua no polo eletro-eletrônico na atividade de produtos. Iniciou suas atividades em Manaus em junho de 1994. Possui uma área construída de 1.200 m², área de terreno de 1.400m² tem um total de 50 funcionários e investimento fixo de US\$ 10.000.000,00. Produz centrais telefônicas, mesas comutadoras, aparelho teleimpressão, rádio comunicação, radiotelefonia e radiotelegrafia. É detentora de certificado ISO 9002;

3. Empresa "C": atua no polo eletro-eletrônico nas atividades de componentes e produtos. Iniciou suas atividades de componentes em Manaus em março de 1997. Nessa atividade possui uma área construída de 68.628m² com um terreno de 10.548m² e um investimento fixo de US\$ 33.960.000. Tem 888 funcionários. Produz cinescópio com bobina de deflexão acoplada, bobina de deflexão "Yole", transformador de sadia horizontal "fly-back". Na atividade de produtos iniciou suas atividades em Manaus em março de 1973. Tem uma área construída de 42.943 m², terreno de 401.076m² e um investimento fixo de US\$ 247.813.000. Possui 2.128 funcionários. Produz televisores, rádios, toca discos, vídeo cassete, monitores, receptor de sinal de televisão via satélite etc.. É detentora de certificado ISO 9001;
4. Empresa "D": atua no polo eletro-eletrônico nas atividade de componentes e produtos. Iniciou suas atividades em componentes em Manaus em agosto de 1982, Nessa atividade possui uma área construída de 3.992m², um terreno de 10.508m², e um investimento fixo de US\$ 11.363.268. Tem 1.510 funcionários. Produz mecanismo p/ gravadores, reproduutor de fita cassete, sintonizadores p/ toca disco, acionadores para disco flexível, transformadores, peças estampadas, joystics, componentes plásticos, bobinas etc. Na fabricação de produtos iniciou suas atividades em Manaus em julho de 1972. Tem uma área construída de 29.507 m², terreno de 59.950m², e um investimento fixo de US\$ 454.645.000. Possui 2.812 funcionários. Produz fac-simile, papel térmico, órgão eletrônico, videocassete, TV a cores, toca disco laser, TV c/ videocassete, rádios, toca-discos etc.. É detentora de certificado ISO 9002;
5. Empresa "E": atua no polo eletro-eletrônico na atividade de máquinas copadoras e similares. Iniciou suas atividades em Manaus em dezembro de 1987, Possui uma área

- construída de 3.829m², um terreno de 9.489m² e um investimento fixo de US\$ 107.452.000. Tem 601 funcionários. Produz fotocopiadoras, conjunto tonalizador e fotoreceptor para copiadoras, cartuchos de cópias, impressoras a jato de tinta, impressora a laser, fac-símile, fita de poliéster carbonado, conjunto de impressão, partes e peças para fotocopiadoras. É detentora de certificado ISO 9002;
6. Empresa "F": atua no polo eletro-eletrônico na atividade de produtos. Iniciou suas atividades em Manaus em junho de 1992. Possui investimento fixo de US\$ 59.336.000. Tem um total de 702 funcionários. Produz forno microondas, TV a cores, videocassete, disco laser de mesa e portátil, conjunto 3x1, conjunto 4x1, condicionador de ar etc. É detentora de certificado ISO 9002;
 7. Empresa "G": atua no polo eletro-eletrônico na atividade de produtos. Iniciou suas atividades em Manaus em julho de 1973. Possui uma área construída de 12.800m², terreno de 25.514m², investimento fixo de US\$ 10.049.000. Tem 758 funcionários. Produz TVs, rádio gravador, aparelho 3x1, forno microondas, condicionador de ar, lavadora eletrônica de roupa, videocassete, telefone, telefone celular, monitor de vídeo, rádio gravador, telefone c/ secretária eletrônica, receptor de sinal de televisão via cabo e de via satélite, bateria para telefone celular, etc. É detentora de certificado ISO 9002;
 8. Empresa "H": atua no polo eletro-eletrônico nas atividade de componentes e produtos. Iniciou suas atividades de componentes em Manaus em setembro de 1988. Nessa atividade possui uma área construída de 8.400m², um terreno de 9.000m² e um investimento fixo de US\$ 672.302. Possui 88 funcionários. Produz unidade de controle VHF, unidade seletora de canais VHF, motor eletrônico especial FG, conjunto de antena telescópica, conjunto de mecanismo de gravação e reprodução,

transformador de carga e PCIs. Na fabricação de produtos iniciou suas atividades em Manaus em setembro de 1969. Tem uma área construída de 18.600 m², terreno de 95.765m² e um investimento fixo de US\$ 32.354.000. Possui 924 funcionários. Produz rádio gravador e reproduzidor de som, televisores, videocassete, rádio relógio AM/FM, conjunto de som 3x1, rádio gravador 2x1, fac-símile, telefones, aparelho de ar condicionado, monitor de vídeo, toca disco a laser, forno microondas, notebook, amplificador de potência p/ telefone celular, telefone celular, carregador de bateria para telefone celular, adaptador, antena veicular para telefone celular, placa de circuito impresso montada e digital, vídeo disco player. É detentora de certificado ISO 9001;

9. Empresa "I": atua no polo eletro-eletrônico na atividade de produtos. Iniciou suas atividades em Manaus em julho de 1970. Possui investimento fixo de US\$ 118.011.030. Tem 737 funcionários. Produz TVs, fornos microondas, amplificadores, toca-discos, toca-fita, gravador, equalizador, receiver, tape deck, videocassete, magnetron, PCI montada, conjunto 3x1 c/ laser, depilador, barbeador, micromotor, capacitador, telefone por fio conjugado c/ outros aparelhos, telefone portátil sem fio, telefone celular e fac-símile. É detentora de certificado ISO 9002;
10. Empresa "J": atua no polo eletro-eletrônico na atividade de produtos. Iniciou suas atividades em Manaus em setembro de 1997. Possui uma área construída de 8.736m², terreno de 12.328m². Tem investimento fixo de US\$ 28.425.000. Tem 439 funcionários. Produz telefone celular, carregador de bateria de telefone celular e bateria de telefone celular. É detentora de certificado ISO 9002;
11. Empresa "K": atua no polo eletro-eletrônico na atividade de produtos. Iniciou suas atividades em Manaus em agosto de 1972. Possui uma área construída de 39.579m²,

terreno de 156.628m². Tem, investimento fixo de US\$ 285.665.000. Tem 1.470 funcionários. Produz aparelhos de áudio, vídeo, system, rádio relógio, disco laser, vídeo cassete, calculadoras, monitor de vídeo, fac-símile e câmera de vídeo. É detentora de certificado ISO 9002;

4.3 Análise dos resultados apresentados

A partir dos dados coletados montou-se tabelas para evidenciar os resultados da pesquisa. Estas tabelas foram agrupadas em tópicos, de acordo com as questões respondidas pelos gestores financeiros, a fim de melhorar a análise e comparabilidade dos dados.

4.3.1 Perfil dos gestores financeiros

Questão 1. Empresa onde trabalha:

Esta questão foi suprimida neste trabalho, devido ao sigilo dos nomes das empresas e gestores financeiros respondentes.

Questão 2. Formação acadêmica universitária:

Esta tabela apresenta a quantidade, absoluta e relativa, da formação acadêmica dos gestores entrevistados. Assim obteve-se a idéia do entendimento desses gestores quanto às informações que se apresentam nos demonstrativos contábeis obrigatórios.

Tabela 1 – Formação acadêmica universitária

Item	Formação	Quantidade	Percentual
01	Ciências contábeis	06	55%
02	Administração de empresas	02	18%
03	Economia	03	27%
Total de gestores respondentes		11	100%

As empresas pesquisadas apresentaram a maioria de profissionais formados em Ciências Contábeis, na ordem 55%, seguem-se economistas na ordem de 27% e administradores com 18%. Este fato indica a familiaridade, em sua maioria, dos profissionais com as Demonstrações Contábeis, face às suas formações.

Questão 3. Pós-graduação:

Esta tabela apresenta a relação entre os gestores financeiros entrevistados, quanto a possuir ou não pós-graduação. Assim obteve-se a idéia de continuidade do estudo por parte dos gestores financeiros do pólo em questão.

Tabela 2 – Pós-graduação

Item	Pós-graduação	Quantidade	Percentual
01	SIM	7	64%
02	NÃO	4	36%
Total de gestores respondentes		11	100%

A maioria dos profissionais pesquisados possuem cursos de pós-graduação, à ordem de 64% contra 36% sem curso de pós-graduação. Ao questionar-se, aos gestores financeiros sem curso de pós-graduação, o porquê de não haver realizado tal formação, na sua maioria, responderam que o trabalho na indústria exige dedicação exclusiva, e com isso, falta tempo para a realização de cursos.

Questão 3.1 Qual o curso de pós-graduação que participou:

Esta tabela apresenta os principais cursos de pós-graduação de área de interesse por parte dos gestores financeiros entrevistados. Assim obteve-se a especialização de cada gestor financeiros, que fez curso de especialização, afim de se obter a informação de conhecimento específico, por parte dos gestores financeiros entrevistados, da informações apresentadas nos demonstrativos contábeis obrigatórios.

Tabela 3 – Curso de pós-graduação dos gestores financeiros

Item	Pós-graduação	Quantidade	Percentual
01	Auditoria contábil	01	14%
02	Administração financeira	01	14%
03	Estratégia empresarial	01	14%
04	Administração empresarial	01	14%
05	Engenharia econômica	01	14%
06	Gerência de negócios e marketing	01	14%
07	Comércio exterior	01	14%
Total de gestores respondentes		07	100%

Neste item observa-se por um equilíbrio muito grande entre os gestores pesquisados, não revelando tendência que se possa correlacionar à atividade desenvolvida com a formação acadêmica de pós-graduação. Alguns gestores admitiram que aproveitaram ao longo de suas carreiras a oportunidade de surgida de curso.

Questão 4. Anos de experiência como Gestor Financeiro:

Esta tabela apresenta o tempo de experiência dos gestores financeiros entrevistados na função. Assim obteve-se o grau de experiência, de cada gestor financeiro entrevistado, na interpretação das informações contidas nos demonstrativos contábeis obrigatórios.

Tabela 4 – Anos de Experiência na área

Item	Experiência como gestor financeiro	Quantidade	Percentual
01	De 0 à 10 anos	8	73%
02	De 11 à 20 anos	2	18%
03	De 21 à 30 anos	0	0
04	Mais de 30 anos	1	9%
Total de gestores respondentes		11	100%

Este item revelou, que dentre as empresas pesquisadas, existe uma maioria (73%) de gestores financeiros com 0 a 10 anos de experiência na atividade. Tal fato indica

uma tendência ao aproveitamento de jovens em funções financeiras por parte das empresas pesquisadas.

Questão 5. Cargo que ocupa:

Esta tabela apresenta as diversas nomenclaturas utilizadas, por parte das empresas estudadas, na função de gestor financeiro.

Tabela 5 – Cargos ocupados pelos gestores financeiros

Item	Cargo	Quantidade	Percentual
01	Gerente Financeiro	5	45%
02	Controller Financeiro	1	9%
03	Gerente de Controladoria	1	9%
04	Chefe de Finanças	2	18%
05	Gerente Administrativo-financeiro	1	9%
06	Contador	1	9%
Total de gestores respondentes		11	100%

Este item apresentou uma série de nomenclaturas de cargos utilizadas pelas empresas pesquisadas, para a mesma função. Houve uma tendência de 45% na utilização do nome de gerente financeiro, seguido por chefe de finanças (18%). Os demais nomes apresentaram-se uniformes em termos percentuais.

4.3.2 Procedimentos de análise econômico-financeira que precedem as decisões

Os dados obtidos a respeito de tais procedimentos foram agrupados nas tabelas elaboradas a partir das 6 e 7.

Questão 6. Quais procedimentos/etapas de análise econômica/financeira antecedem suas decisões:

Esta tabela apresenta os principais procedimentos adotados, por parte dos gestores financeiros entrevistados, quanto a preparação e captação dos dados para sua decisão. Assim obteve-se o indicativo de que a análise prévia das demonstrações financeiras fazem parte da rotina normal do setor.

Tabela 6 – Procedimentos de análise econômico/financeira que antecedem a decisão

Item	Procedimentos	Quantidade	Percentual
01	Análise prévia das demonstrações financeiras, histórico e tendências	8	73%
02	Reunião com o pessoal do setor	1	9%
03	Pesquisa de mercado e situação de contas a pagar	1	9%
04	Resultados de Vendas e Planejamento	1	9%
	Total	11	100%

Este item revelou, nas empresas pesquisadas, que 73% possuem certa padronização da atividade, ou seja fazem uma análise prévia das Demonstrações Financeiras: histórico e tendências na atividade de preparação que antecede a decisão dos gestores pesquisados.

Questão 7. Numere em ordem decrescente a importância, dentro do seu processo de análise, das fontes de informações para a gestão financeira da empresa em que você trabalha:

Esta tabela apresenta a ordem de importância, atribuída pelos gestores financeiros entrevistados, às diversas fontes de informações primárias ao seu trabalho. Assim obteve-se o ranqueamento das fontes de informações do setor.

Tabela 7 – Ordem de importância das fontes de informações para a gestão financeira

Item	Informações	1º	2º	3º	4º	5º
01	Artigos e revistas publicados em jornais e revistas especializadas		3	2	2	3
02	Demonstrações Contábeis publicadas em jornais		1	5	4	1
03	Balancetes mensais da empresa	8	2			1
04	Notícias veiculadas pela imprensa	1		1	2	5
05	Reuniões dos administradores	2	5	1	2	1
06	Outras fontes: Relatórios internos			2		
07	Outras fontes: Planos de Avaliação					
08	Outras fontes: Informes periódicos				1	
	Totais	11	11	11	11	11

Denota-se pelo exposto que o grau de importância atribuído gestores de finanças, obedece à seguinte ordem:

- 1ª) Balancetes mensais com oito indicações;
- 2ª) Reuniões dos administradores com cinco indicações;
- 3ª) Demonstrações Contábeis publicadas em jornais com cinco indicações;
- 4ª) Demonstrações Contábeis publicadas em jornal com quatro indicações, aparece também em quarto.
- 5ª) Notícias veiculadas pela imprensa; com cinco indicações pela imprensa; e

4.3.3 O uso dos demonstrativos contábeis pelos gestores financeiros

Os dados obtidos a respeito do uso dos demonstrativos foram agrupados nas tabelas consubstanciadas nas questões de 8 e 9 do instrumento de pesquisa.

Questão 8. No seu modelo de gestão financeira, qual a intensidade de uso dos seguintes conjuntos de informações publicados?

Tabela 8 – Intensidade de uso das demonstrações contábeis pelos gestores financeiros

Item	Informações publicadas	Usa	Usa	Não Usa
		Integral	Parcial	
01	BP – Balanço Patrimonial	10	1	0
02	DRE – Demonstração do Resultado do Exercício	10	1	0
03	DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	5	4	2
04	DOAR – Demonstração das origens e Aplicações de Recursos	8	1	2
05	Notas Explicativas	5	4	2
06	Parecer dos Auditores Independentes	5	4	2
07	Demonstrações Contábeis Consolidadas	10	1	
08	ITRs- Informações Trimestrais	5	3	3
09	IAN – Informações Anuais	5	4	2
10	DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas	7	4	0

Este item revelou, nas empresas pesquisadas, uma maior intensidade de uso, no trabalho dos gestores financeiros entrevistados, do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstrações Contábeis Consolidadas, com 10 (dez) indicações, seguido da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstrações Financeiras Padronizadas com 8 (oito) e 7 (sete) indicações respectivamente. Revelou, também, uma tendência ao uso parcial das Notas Explicativas, e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, por partes dos gestores entrevistados.

Tal pesquisa revelou a preferência dos gestores financeiros pelas peças tradicionais do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado e, ainda, um mesmo grau de importância atribuída às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Questão 9. Numa escala de 0-5, qual nota você atribui à atual forma de divulgação dos conjuntos de informações que seguem, tendo em vista as necessidades informacionais para o seu trabalho?

Tabela 9 – Nota atribuída às demonstrações contábeis de 0-5, pelos gestores financeiros.

Item	Informações	0	1	2	3	4	5
01	BP – Balanço Patrimonial					2	9
02	DRE – Demonstração do Resultado do Exercício					2	9
03	DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			2	2	6	1
04	DOAR – Demonstração das origens e Aplicações de Recursos			2	1	6	2
05	Notas Explicativas			2	2	4	2
06	Parecer dos Auditores Independentes			1	1	8	1
07	Demonstrações Contábeis Consolidadas				3	3	4
08	ITRs- Informações Trimestrais			4	4	2	1
09	IAN – Informações Anuais			4	4	2	1
10	DFP – Dem. Fin. Padronizadas			1	4	3	3

Neste item houve a confirmação, por parte dos gestores entrevistados, de sua preferência pelo Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, ambos com nove indicações de nota máxima. Porém, não houve confirmação das Demonstrações Contábeis Consolidadas como preferencial em notas máximas. Neste apresentou-se a figura do Parecer de Auditoria como mais indicado na segunda maior nota. Da mesma forma como na questão anterior, revela-se a preferência por parte da maioria dos gestores financeiros pesquisados, pelo Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

4.3.4 O uso do balanço patrimonial

Os dados obtidos a respeito do uso do balanço patrimonial foram agrupados nas tabelas conforme as questões 11 e 12.

Questão 10. Quais informações, apresentadas no balanço patrimonial, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

Tabela 10 – Grupos de informações não utilizados no balanço patrimonial

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Informações do Imobilizado	4	29%
02	Ativo e Passivo a longo prazo	2	14%
03	Informações do Ativo Permanente	2	14%
04	Informações sobre o Capital	1	7%
05	Informações do Patrimônio Líquido	1	7%
06	Informações não financeiras	2	14%
07	Não circulantes	2	14%
Total de informações indicadas		14	100%

Neste item apresentou-se uma tendência, por parte dos gestores entrevistados, na ordem de 29%, a consideração das informações contidas no Ativo Imobilizado, como a de menor necessidade para o trabalho de gestão financeira. Soma-se ainda 14% de informações do Ativo Permanente, que contém o imobilizado. Observa-se, também, que

28%, não se utiliza de informações não financeiras e não circulantes. Portanto, há uma tendência de considerar desnecessário, para a gestão financeira, o detalhamento dos itens que não sejam do circulante.

Questão 11. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que o balanço patrimonial apresentasse?

Tabela 11 – Informações desejadas pelos gestores financeiros no balanço patrimonial

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Maior detalhamento do circulante	2	18%
02	Fluxo de caixa	1	9%
03	Detalhamento maior do caixa	1	9%
04	Quadro de detalhamento dos grupos	1	9%
05	Estoques ao valor de mercado	2	18%
06	Valores de mercado	4	36%
Total de gestores respondentes		11	100%

Este item revela um desejo, por parte dos gestores financeiros entrevistados, de maiores detalhes do circulante e conta caixa, no Balanço Patrimonial publicado. Além disso, gostariam que o balanço patrimonial apresentasse os estoques, pelo menos como comparativo, aos valores de mercado.

4.3.5 O uso da demonstração do resultado do exercício

Os dados obtidos a respeito do uso da demonstração do resultado do exercício foram agrupados nas tabelas conforme as questões 12 e 13:

Questão 12. Quais informações, apresentadas na DRE- Demonstração do Resultado do Exercício, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

Tabela 12 – Informações não utilizadas na demonstração do resultado do exercício pelos gestores financeiros.

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	As despesas que não representam desembolsos	1	10%
02	Abatimentos e Deduções s/ vendas	1	10%
03	Itens que não representam gastos ou fluxo de recursos	7	70%
04	Depreciação, Amortização e Exaustão	1	10%
Total de gestores respondentes		10	100%

Este item apresentou, por parte dos gestores financeiros entrevistados, a rejeição, na Demonstração do Resultado do Exercício em 70% dos itens que alteram o resultado mas não representam fluxos financeiros. Tal pesquisa revelou que os gestores financeiros tem que adaptar a Demonstração do Resultado do Exercício, extraindo a parte não financeira, para que possam melhor obter informações para o seu trabalho.

Questão 13. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que a DRE- demonstração do resultado do exercício apresentasse?

Tabela 13 – Informações desejadas pelos gestores financeiros na demonstração do resultado do exercício

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	A atual forma está boa	1	10%
02	Uma forma que partisse do financeiro para o contábil	2	20%
03	Detalhamento dos itens que representam gastos	1	10%
04	Maior ênfase no detalhe das despesas	2	20%
05	Detalhe dos desembolsos e as efetivas entradas de dinheiro	1	10%
06	Comparativa com o regime de caixa	2	10%
07	Uma forma mais financeira	1	10%
Total de gestores respondentes		10	100%

Este item revela a vontade, dos gestores financeiros entrevistados, que a Demonstração do Resultado do Exercício apresentasse um comparativo do financeiro para o contábil e um maior detalhamento das despesas operacionais do período evidenciado. Mais uma vez, constatou-se a necessidade da adaptação de tal demonstração a uma forma mais financeira e menos contábil.

4.3.6 O uso de informações da demonstração das origens e aplicações de recursos

Os dados obtidos a respeito do uso da demonstração das origens e aplicações de recursos foram agrupados nas tabelas conforme as questões 14 e 15.

Questão 14. Quais informações, apresentadas na DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

Tabela 14 – Informações não utilizadas na demonstração das origens e aplicações de recursos pelos gestores financeiros

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	As origens e aplicações a longo prazo	1	10%
02	Aplicações e Origens Permanentes	1	10%
03	Todas uma vez que o circulante não é detalhado	1	10%
04	Está faltando eliminar a sua relação com o resultado inflacionário já extinto	1	10%
05	A forma atual está boa ou todas são necessárias	2	20%
06	As não financeiras ou circulantes	3	30%
07	Toda a parte utilizável é muito resumida, CCL- Capital Circulante Líquido	1	10%
Total de gestores respondentes		10	100%

Este item revelou a não utilização, por parte dos gestores entrevistados, das principais informações constantes na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, uma vez que estes indicaram que não utilizam as informações não circulantes, ou as informações circulantes são muito resumidas. Como tal demonstração parte de origens e aplicações que compuseram o capital circulante líquido, informe-se que as informações do capital circulante líquido são, obviamente, as mais utilizadas por parte dos gestores de finanças entrevistados.

Questão 15. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que a DOAR- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos apresentasse?

Tabela 15 – Informações desejadas pelos gestores financeiros no demonstração das origens e aplicações de recursos

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Detalhamento do Capital Circulante Líquido	7	70%
02	Sem comentário	1	10%
03	A forma atual está boa	2	20%
Total de gestores respondentes		10	100%

Nesta questão, os gestores de finanças entrevistados apresentaram um intenso desejo (70%) que esta demonstração apresente o capital circulante líquido detalhado. Nota-se que esta demonstração, da forma como é publicada, não atende satisfatoriamente a gestão financeira das empresas pesquisadas.

4.3.8 O uso da demonstração das mutações do patrimônio líquido

Os dados obtidos a respeito do uso da demonstração das mutações do patrimônio líquido foram agrupados nas tabelas conforme as questões 16 e 17.

Questão 16. Quais informações, apresentadas na DMPL- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, você considera desnecessário (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

Tabela 16 – Informações não utilizadas da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelos gestores financeiros

Item	Informações	Absoluto	Percentual
01	Todas, uma vez que não são financeiras	1	10%
02	As transferências de Reservas para capital	3	30%
03	As Reservas de Capital	3	30%
04	Todas são utilizáveis	3	30%
Total de gestores respondentes		10	100%

Revela-se na questão, por parte dos gestores financeiros entrevistados, a não utilização dos itens relacionados com o Capital e Reservas de Capital na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Questão 17. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que a DMPL-Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresentasse?

Tabela 17 – Informações desejadas pelos gestores financeiros na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Lucro Financeiro x Lucro Contábil	5	50%
02	Detalhamento da origem do lucro	1	10%
03	Variação Patrimonial de Ações	1	10%
04	Sem comentário	1	10%
05	A forma atual está boa	2	20%
Total de gestores financeiros respondentes		10	100%

Esta questão revela que a informação que os gestores financeiros entrevistados mais gostariam que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresentasse, na ordem de 50% das indicações, é uma comparação entre o lucro financeiro e o contábil. Tal manifestação já ficou latente também na Demonstração do Resultado do Exercício.

4.3.8 O uso das notas explicativas

Os dados obtidos a respeito do uso das notas explicativas obrigatórias, por parte dos gestores financeiros entrevistados, foram agrupados nas tabelas conforme a questão 18.

Questão 18. Das Notas Explicativas Obrigatórias, a seguir apresentadas, quais você considera/utiliza no seu processo de gestão financeira? Se necessário, faça observações.

Tabela 18 – O uso das notas explicativas pelos gestores financeiros

Item	Notas Explicativas	Usa	Não Usa
01	Principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais	9	2
02	Mudança de critérios contábeis	11	
03	Ajuste a valor presente	10	1
04	Críticos de elaboração, indexador utilizado, critério de vinculação dos ganhos nos itens monetários etc. das demonstrações pela correção monetária integral.	10	1
05	Críticos adotados na consolidação, percentual de participação, base e fundamentos para amortização etc.	9	2
06	Provisão para créditos de liquidação duvidosas	10	1
07	Reavaliação de ativos	4	7
08	Ativo diferido, empreendimentos em fase de implantação	1	10
09	Investimentos societários no exterior	5	6
10	Transação entre partes relacionadas	2	9
11	Equivalência patrimonial	0	11
12	Leasing (arrendamento mercantil)	9	2
13	Debêntures	9	2
14	Vendas ou serviços a realizar	8	3
15	Capital social autorizado	1	10
16	Ações em tesouraria	4	7
17	Opções de compras de ações	3	8
18	Ajustes de exercícios anteriores	2	9
19	Detalhamento das reservas do patrimônio líquido	0	11
20	Retenção de lucros	0	11
21	Reservas e lucros a realizar	0	11
22	Dividendos propostos	8	3
23	Dividendos por ação	2	9
24	Ônus, garantias e responsabilidades eventuais ou contingentes	7	4
25	Eventos subsequentes	9	2
26	Capacidade ociosa	4	7
27	Continuidade normal dos negócios		11
28	Aposentadoria e pensões	1	10
29	Remuneração de administradores	3	8

Os dados obtidos através das respostas a essa questão foram agrupados de forma a identificar o uso, ou o não uso de cada nota explicativa colocada no questionário/entrevista.

Esta questão revelou que os gestores financeiros entrevistados, dentre as Notas Explicativas Obrigatórias apresentadas, a mais utilizada é a que diz respeito à mudança de critérios contábeis, seguida dos critérios de avaliação dos elementos patrimoniais; ajuste a valor presente; critérios de elaboração, indexador utilizado, critério de vinculação dos ganhos nos itens monetários etc. das demonstrações pela correção monetária integral e provisão para créditos de liquidação duvidosas.

As Notas Explicativas menos utilizadas pelos entrevistados são as que dizem respeito à equivalência patrimonial, detalhamento das reservas do patrimônio líquido, retenção de lucros, reservas e lucros a realizar e continuidade normal dos negócios. Seguidas de ativo diferido, empreendimentos em fase de implantação, capital social autorizado e aposentadoria e pensões.

4.3.9 O uso do parecer de auditoria

Os dados obtidos a respeito do uso, ou interferência do parecer de auditoria, no trabalho dos gestores financeiros entrevistados, foram agrupados nas tabelas conforme as questões 19 e 20.

Questão 19. Em que situações o Parecer dos Auditores Independentes interfere no seu processo de gestão financeira?

Tabela 19 – Interferência do parecer de auditoria no trabalho dos gestores financeiros

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Quando identifica diferenças, ou refere-se ao circulante	6	60%
02	Quando acusa irregularidade em caixa e bancos	1	10%
03	Quando trata de diferenças nas contas a pagar e a receber	1	10%
04	Quando referem-se a eventos que podem ocorrer	1	10%
05	Quando referem-se às contas do circulante e longo prazo	1	10%
Total de gestores respondentes		10	100%

Nesta questão houve a revelação de que a maioria dos gestores financeiro entrevistados, 60%, utiliza o parecer dos auditores independentes em seu trabalho quando este identifica diferença ou refere-se ao circulante.

Questão 20. O conteúdo dos pareceres dos auditores independentes resulta em fácil entendimento no que concerne à situação das demonstrações contábeis utilizadas no seu processo de gestão financeira? Explique.

Tabela 20 – entendimento do conteúdo do parecer de auditoria

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Sim, é bem técnico	1	10%
02	Sim, ajuda a diminuir o risco	3	30%
03	Sim	1	10%
04	Sim, porém muito resumido	2	20%
05	Não, é muito pouco detalhado	2	20%
06	Não, é muito padronizado	1	10%
Total de gestores respondentes		10	100%

Nesta questão houve a revelação que a maioria dos gestores financeiros entrevistados, 70%, aprovam a atual forma do parecer de auditoria. Ressalta-se que 30% dos entrevistados utilizam-no para avaliar o grau de risco do trabalho. Entretanto ficou evidente o desejo de que o parecer de auditoria fosse mais detalhado em sua avaliação.

4.3.10 O uso das demonstrações contábeis consolidadas

Os dados obtidos a respeito do uso das demonstrações contábeis consolidadas, no trabalho dos gestores financeiros entrevistados foram agrupados nas tabelas conforme as questões 21 e 22.

Questão 21. Quais informações, apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

Tabela 21 – Informações não utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas pelos gestores financeiros

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	As do ativo permanente e patrimônio líquido	1	10%
02	Todas são utilizadas, a menos utilizadas são as não circulantes	1	10%
03	Todas são importantes	2	20%
04	As informações a longo prazo	1	10%
05	As não circulantes	4	40%
06	As que não representam desembolso ou ganho de dinheiro	1	10%
Total de gestores financeiros respondentes		10	100%

Nesta questão houve a revelação, por parte da maioria dos gestores financeiros entrevistados, 40%, da não utilização de informações não circulantes na Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Questão 22. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que as demonstrações contábeis consolidadas apresentassem?

Tabela 22 – Informações desejadas pelos gestores financeiros nas demonstrações contábeis consolidadas

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Uma forma de detalhe comparativo entre as empresas	3	30%
02	A atual está boa apenas poderia Ter um quadro analítico das empresas	1	10%
03	Análise das empresas	1	10%
04	Detalhes do circulante	4	40%
05	A atual forma está boa	1	10%
Total de gestores respondentes		10	100%

Esta questão corrobora a questão anterior, por parte da maioria dos gestores financeiros entrevistados, 40%, ou seja, gostaria que as Demonstrações Contábeis Consolidadas trouxessem maiores detalhes ao grupo circulante

4.3.11 O uso das informações trimestrais

Os dados obtidos a respeito do uso das informações trimestrais, no trabalho dos gestores financeiros entrevistados, foram agrupados nas tabelas conforme as questões 23 e 24

Questão 23. Quais itens de informações, apresentadas nas ITRs- Informações trimestrais, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

Tabela 23 – Informações não utilizadas nas informações trimestrais pelos gestores financeiros

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Todas são utilizáveis	3	30%
02	Resultado do exercício com as projeções, uma vez que o resultado apresenta itens não financeiros	2	20%
03	Relatório da revisão especial dos auditores independentes	1	10%
04	Todas	4	40%
Total de informações indicadas		10	100%

Esta questão revela que a maioria dos gestores financeiros entrevistados, 40%, não utilizam as informações contidas nas ITRs – Informações Trimestrais. Entretanto 30%, dos entrevistados utilizam todas as informações contidas nestes demonstrativo.

Questão 24. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que as ITRs- Informações Trimestrais apresentasse?

Tabela 24 – Informações desejadas pelos gestores financeiros nas informações trimestrais.

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	A forma atual é boa, porém poderia-se acrescentar um fluxo de caixa	1	10%
02	A atual divulgação atende	3	30%
03	Análise de fluxo de caixa	2	20%
04	Detalhamento das análises da revisão dos auditores	1	10%
05	Não utiliza, é desnecessária	3	30%
Total de gestores financeiros respondentes		10	100%

Esta tabela revela que 30% dos gestores financeiros entrevistados consideram que as ITRs- Informações Trimestrais são desnecessárias. Entretanto, 30% responderam que estas atendem e não necessitam de informações adicionais. Por último 20% dizem sentir a necessidade que estas contivessem uma análise de fluxo de caixa.

4.3.12 Uso das informações anuais

Os dados obtidos a respeito do uso das informações anuais, no trabalho dos gestores financeiros entrevistados, foram agrupados nas tabelas conforme as questões 25 e 26

Questão 25. Quais informações, apresentadas nas IAN- Informações Anuais, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

Tabela 25 – Informações não utilizadas nas informações anuais pelos gestores financeiros

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Estrutura do Capital e Controle Acionário	2	17%
02	Controle acionário	4	34%
03	Composição do capital	3	25%
04	Não utilizo nenhuma	2	17%
05	Patentes, marcas e franquias	1	8%
Total		12	100%

Esta questão revelou que 34% dos gestores financeiros entrevistados não utilizam as informações sobre o controle acionário contidas na IAN – Informações anuais e 25% não utilizam as informações de composição do capital.

Questão 26. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que as IAN – Informações Anuais apresentasse?

Tabela 26 – Informações desejadas pelos gestores financeiros nas Informações anuais

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	A forma atual pode ser melhorada acrescentando-se mudanças nos critérios de gerência ou direção da empresa	1	10%
02	A atual divulgação é boa	2	20%
03	Planejamento de integralização de capital	1	10%
04	Não utiliza	2	20%
05	Projeção e distribuição de dividendos	1	10%
06	Fluxo de recursos (caixa)	1	10%
07	Detalhes de investimentos que geram retorno a curto prazo	1	10%
08	Diferenciação entre os setores empresariais e tendências de novos projetos	1	10%
Total		10	100%

Essa questão demonstrou que 20% dos gestores financeiros entrevistados consideraram que a atual divulgação da IAN- Informações Anuais é boa. Por outro lado 20% dos entrevistados afirmaram que não utilizam a mesma.

4.3.13 O uso das demonstrações financeiras padronizadas

Os dados obtidos a respeito do uso das demonstrações financeiras padronizadas, no trabalho dos gestores financeiros entrevistados, foram agrupados nas tabelas conforme as questões 27 e 28.

Questão 27. Quais informações, apresentadas nas DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

Tabela 27 – Informações não utilizadas nas demonstrações financeiras padronizadas pelos gestores financeiros

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Os itens não financeiros	3	30%
02	Os itens não circulantes	2	20%
03	Todos são utilizáveis, pois apresentam uma mínima padronização; todas são utilizadas	2	20%
04	As informações do permanente	2	20%
05	As informações do imobilizado	1	10%
Total		10	100%

Esta questão revela que 30% dos gestores financeiros entrevistados, não utilizam os itens não financeiros das Demonstrações Financeiras Padronizadas; 20% não utilizam os itens não circulantes, que contém o financeiro; e 20% os itens do permanente, grupo não circulante. Tal revelação indica a tendência à utilização somente dos itens circulantes

Questão 28. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que as DPF – Demonstrações Financeiras Padronizadas apresentasse?

Tabela 28 – Informações desejadas pelos gestores financeiros nas Demonstrações Financeiras Padronizadas.

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Valores gerenciais por fluxo e regime de caixa	1	10%
02	A atual é boa, atende	3	30%
03	Fluxo de caixa	2	20%
04	Padronização de análises financeiras	1	10%
05	Capital de giro	1	10%
06	Detalhes de contas a pagar e a receber	1	10%
07	Detalhes do caixa e estoques	1	10%
Total		10	100%

Esta questão revela que a maioria, 30%, dos gestores financeiros entrevistados aprovou a atual divulgação das DFP- Demonstrações financeiras padronizadas, com uma tendência, 20%, a terem a necessidade de informação sobre o fluxo de caixa. Para estes essa informação poderia vir nesta Demonstração

4.3.14 O uso das demonstrações contábeis resumidas

Os dados obtidos a respeito do uso das demonstrações contábeis resumidas, no trabalho dos gestores financeiros entrevistados foram agrupados nas tabelas conforme a questão 29.

Questão 29. De acordo com a instrução CVM nº 207/94 as demonstrações financeiras, pela correção monetária integral, das companhias abertas, poderão ser publicadas de forma resumida nos jornais de grande circulação na localidade em que se situe a bolsa de valores na qual a empresa tenha o seu maior número de ações negociadas, determinando, entretanto, o mínimo de informações que devem conter as publicações: Balanço Patrimonial condensado, demonstração sintética do Resultado do Exercício, proposta de distribuição do resultado do exercício, informação sobre o lucro/prejuízo por ação, referências ao parecer do auditor independente e indicação dos jornais e datas de publicação das demonstrações financeiras ordenadas pela Lei 6.404/76.

Essas publicações de forma resumida, naqueles jornais, auxiliam no seu processo de gestão financeira? Explique:

Tabela 29 – Auxílio das demonstrações contábeis resumidas no processo de gestão financeira

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Não, são muito resumidas	5	45%
02	Apenas cumprem uma formalidade, não ajudam	1	9%
03	Auxiliam, ainda que de forma resumida	1	9%
04	Não, pois se referem ao passado	3	27%
05	Só servem de parâmetro para uma maior investigação	1	9%
Total de respondentes		11	100%

Esta questão revela que a maioria dos gestores financeiros entrevistados reprovam as Demonstrações Resumidas, sendo que 45% por considerá-las muito resumidas e 27%, por estas referirem-se ao passado.

4.3.15 Expectativas informacionais dos gestores financeiros e uso de outros conjuntos de informações.

Os dados obtidos a respeito das expectativas informacionais dos gestores financeiros entrevistados, e o uso de outros conjuntos de informações pelos mesmos, foram agrupados nas tabelas conforme as questões 31 a 33

Questão 30. De maneira geral, a atual forma de divulgação de informações obrigatórias atende as expectativas informacionais para o seu trabalho? Comente.

Tabela 30 – Atendimento das expectativas dos gestores financeiros em relação a atual divulgação de informações contábeis obrigatórias dos.

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Sim, podem ser melhoradas	6	60%
02	Sim, servem de guia para o nosso trabalho	1	10%
03	Sim, são bastantes técnicas	1	10%
04	Sim, pois possibilita a formulação de análise e interpretação de índices financeiros	1	10%
04	Não, uma vez que somente algumas peças são utilizadas	1	10%
Total de gestores respondentes		10	100%

Essa questão revela que 90% dos gestores financeiros entrevistados aprovam a atual forma de divulgação das demonstrações contábeis obrigatórias, porém 60% acharam que estas podem ser melhoradas.

Questão 31. Quais informações voluntárias, em sua opinião, deveriam ser divulgadas de forma obrigatória?

Tabela 31 – Informações voluntárias que deveriam ser publicadas na opinião dos gestores financeiros

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Fluxo de caixa	6	60%
02	Fluxo de caixa e estoques obsoletos	1	10%
03	Fluxo de caixa e aplicações	1	10%
04	Planejamento de investimentos das empresas	1	10%
05	Conciliações de caixa e bancos	1	10%
Total de informações indicadas		10	100%

Essa questão revela que 80% dos gestores de finanças entrevistados sentem falta da divulgação do fluxo de caixa. Revelando, assim, ser essa de grande utilidade.

Questão 32. No seu modelo de gestão financeira há outros conjuntos de informações que você utiliza? Quais?

Tabela 32 – Outros conjuntos de informações utilizadas pelos gestores financeiros

Item	Informações	Quantidade	Percentual
01	Sim, relatórios de caixa, bancos e aplicações	5	50%
02	Sim, relatórios de caixa, fluxo de caixa	4	40%
03	Sim, relatórios de caixa, contas a receber e a pagar, bem como aplicações e taxas de juros	1	10%
Total de informações indicadas		10	100%

Essa questão evidencia que a totalidade dos gestores financeiros entrevistados, utilizam relatórios de fluxo de caixa, a fim de obter informações para o seu trabalho.

Questão 33. Quais os grupos de índices ou quocientes, extraídos das demonstrações financeiras, compõem o seu sistema de informações enquanto gestor financeiro?

Tabela 33 – Índices ou quocientes de uso dos gestores financeiros

Item	Informações	Usa	Não Usa
01	Índices de liquidez (liquidez geral, seca e imediata; capital de giro etc.)	11	
02	Indicadores de insolvência (fator de insolvência de Kanitz, função discriminante de Pereira da Silva etc.)	6	5
03	Indicadores de endividamento e estrutura (participação do capital de terceiros, grau de endividamento, nível de imobilizações etc.)	11	
04	Quocientes de Rentabilidade	11	
05	Indicadores de atividades ou eficiência (prazo médio de estocagem, cobrança, pagamento de fornecedores, giro do ativo etc..)	10	1
06	Outros: relatórios internos, informações de crescimento dos setores, indicadores setoriais	2	

Essa questão revela que os índices mais utilizados, por parte dos gestores financeiros entrevistados, são os índices de liquidez (liquidez geral, seca e imediata; capital de giro etc.); indicadores de endividamento e estrutura (participação do capital de terceiros, grau de endividamento, nível de imobilizações etc.); e quocientes de rentabilidade. Não obstante, de uso frequente também constam os Indicadores de atividades ou eficiência (prazo médio de estocagem, cobrança, pagamento de fornecedores, giro do ativo etc..)

5 CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES À FUTURAS PESQUISAS

Esse capítulo tem a finalidade de explicitar as conclusões obtidas na realização da presente pesquisa, face aos objetivos pré-estabelecidos anteriormente. Além disso, apresenta-se recomendações oriundas do presente estudo. Essas originam-se tanto das falhas percebidas no processo de evidenciação obrigatória de informações contábeis quanto das sugestões dadas pelos gestores financeiros entrevistados, visando a melhoria da qualidade da atual evidenciação de informações, face as suas necessidades informativas. Também propõe-se sugestões para futuras pesquisas sobre o tema estudado, a fim de direcionar outros pesquisadores.

5.1 Conclusões

Os resultados obtidos na análise dos dados coletados remetem às conclusões que estão apresentadas de acordo com os assuntos abordados.

5.1.1 Os procedimentos de análise que antecedem a construção do modelo decisório dos gestores financeiros

Os gestores financeiros entrevistados utilizam-se, em geral, de procedimentos básicos de análise que antecedem suas decisões, em grau de importância atribuídos por estes, como segue:

1. Análise prévia das Demonstrações Financeiras, histórico e tendências, com 73% dos respondentes elegendo este procedimento. Este

procedimento de análise vai desde as análises verticais e horizontais até as dos resultados com as projeções estabelecidas;

2. Reunião com o pessoal do setor e diretoria. Este procedimento também indicado como padrão;
3. Pesquisa de mercado e situação de contas a pagar. Este procedimento visa trazer noção do volume de pagamentos projetados e as condições do mercado em relação a obtenção de recursos; e
4. Resultados de Vendas e Planejamento. Este procedimento visa analisar a necessidade de obtenção de recursos, caso as vendas não estejam num grau aceitável antes planejado.

5.1.2 Importância e utilização das demonstrações contábeis obrigatórias pelos gestores financeiros entrevistados

As demonstrações contábeis de evidenciação obrigatória, são consideradas pelos gestores financeiros entrevistados, uma fonte de informação fundamental. Porém, não são suficientes aos seus processos de gestão.

Os Balancetes Mensais, conforme a Tabela 7, constituem-se na principal fonte de informações, com oito indicações dos gestores financeiros entrevistados. Após essas consultas, esses gestores, na sua maioria, com cinco indicações, efetuam reuniões com os administradores, e em terceiro lugar, eleito com cinco indicações, os gestores financeiros entrevistados recorrem às informações contidas nas Demonstrações Contábeis publicadas em jornais.

Este procedimento indica que, apesar de considerarem importantes as demonstrações contábeis obrigatórias, não se sentem seguros e suficientemente informados com as informações publicadas pelas demonstrações contábeis obrigatórias.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado constituem-se em peças obrigatórias de maior uso integral, conforme Tabela “8”, pelos gestores financeiros entrevistados, com dez indicações cada. Tal evidencia que as Demonstrações Contábeis Consolidadas também constituem-se em fonte de informação da mesma importância, quando se trata de grupos empresariais.

Ainda, segundo a pesquisa, Tabela 8, a demonstração de menor uso, apontada pelos gestores financeiros entrevistados, são as Informações Trimestrais, cujo o demonstrativo foi instituído pela CVM- Comissão de Valores Mobiliários.

Perguntados sobre a forma de divulgação das demonstrações contábeis obrigatórias, os gestores entrevistados elegeram o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado como as peças de melhor forma, conforme Tabela 9, com nove indicações de nota máxima.

As informações que obtiveram menor indicação de nota, ou seja, que mais gestores financeiros atribuíram nota menor, quanto a sua forma de publicação foram as informações complementares exigidas pela CVM- Comissão de Valores Mobiliários, foram as Informações Trimestrais – ITRs e as Informações Anuais-IANs, ambas com quatro indicações cada. Cabe salientar que não houve nessa pesquisa nenhuma rejeição total quanto a forma de apresentação das demonstrações, pois a nenhuma foi atribuído nota zero.

5.1.2.1 Conclusões sobre o balanço patrimonial

Nas informações prestadas pelo Balanço Patrimonial, Tabela 10, 29% dos gestores financeiros entrevistados responderam que não utilizam as informações contidas no grupo imobilizado; com 14% que não utilizam as informações do ativo permanente, mais 14% que não utilizam informações não financeiras e 14% que não utilizam informações não circulantes, pode-se concluir que do total de gestores entrevistados 71% não utilizam as informações que não estão contidas no Ativo e Passivo Circulante.

Dos gestores financeiros entrevistados, 36% , indicaram ,na tabela 11, que a sua maior necessidade de informação no balanço, são maiores informações e detalhes dos grupos circulantes. Este total é alcançado se for somado as respostas que contém esta necessidade.

5.1.2.2 Conclusões sobre a demonstração do resultado

A maioria dos gestores financeiros entrevistados, 70% Tabela 12, indicou que não utiliza na Demonstração do Resultado os itens que não representam gastos ou fluxo de recurso. Este total é alcançado com a soma das respostas que contém essa informação.

Nessa Demonstração, a maior necessidade dos gestores financeiros entrevistados, 50%, é a apuração do resultado financeiro.

5.1.2.3 Conclusões sobre a demonstração das origens e aplicações de recursos

A maioria dos gestores financeiros entrevistados, 70%, não utiliza as informações da Demonstração das origens e Aplicações de Recursos, pois tratam-se de informações não circulantes , Tabela 14..

Esses gestores indicaram, em sua maioria 70%, na Tabela 15 que a maior necessidade de informação na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, são informações de detalhamento do capital circulante líquido.

5.1.2.4 Conclusões sobre a demonstração das mutações do patrimônio líquido

A maioria dos gestores financeiros entrevistados, 60% Tabela 16, informaram que não utilizam as informações sobre as reservas e capital social nesta demonstração.

Na Tabela 17, a maioria dos entrevistados, 50%, indicaram que sua maior necessidade informacional nessa demonstração seria uma relação existente entre o lucro financeiro e o contábil. Dessa forma, poderiam melhorar a avaliação e análise do desempenho de seu setor.

5.1.2.5 Conclusões sobre as notas explicativas

A maioria dos entrevistados, Tabela 18, indicou que das notas explicativas, as que mais utiliza são as que se referem a mudança de critérios contábeis, com 10 indicações de uso. Estas foram seguidas em segundo lugar pelas que se referem aos principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais; às que se referem a ajuste a valor presente, às que se referem aos critérios de elaboração; indexador utilizado; critério de vinculação dos ganhos nos itens monetários etc.; das demonstrações pela correção integral; às provisões para créditos de liquidação duvidosa, todas com 9 indicações cada.

As de menor uso pelos entrevistados são as que se referem à equivalência patrimonial com 10 indicações, seguidas, em segundo lugar, das que se referem ao ativo diferido, empreendimentos em fase de implantação e às que se referem ao capital social autorizado, todas com 9 indicações cada.

5.1.2.6 Conclusões sobre o parecer de auditoria

A maioria dos entrevistados, 60%, Tabela 19, responderam que a maior forma de interferência do parecer dos auditores independentes em seu trabalho é quando este identifica diferenças, ou refere-se ao circulante.

Os entrevistados indicaram, Tabela 20, em sua maioria, 70% que o parecer de auditoria resulta em fácil entendimento ao seu processo de gestão financeira, dentre estes a maioria, 30%, motivou esse resposta ao fato de esse parecer ajudar a diminuir o risco de seu trabalho.

5.1.2.7 Conclusões sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Dos gestores financeiros entrevistados, 40% tabela 21, informaram que não utilizam as informações não circulantes dessa demonstração.

Na tabela 22, a maioria dos entrevistados, 40%, indicaram que sua maior necessidade informacional nessa demonstração seria maiores detalhes no circulante, seguidos de 30% dos que necessitam de um quadro comparativo entre as empresas. Dessa forma poderiam melhorar a avaliação e análise do desempenho de seu setor.

5.1.2.8 Conclusões sobre as ITRs- informações trimestrais

A maioria dos entrevistados, 40%, não utilizam nenhuma das informações contidas nas ITRs- Informações Trimestrais. Entretanto 30% dos entrevistados alegaram utilizar todas as informações das ITRs- Informações Trimestrais, não tendo assim nenhuma informação não utilizável a informar.

Quanto aos entrevistados que indicaram as informações que gostariam que as ITRs- Informações Trimestrais apresentassem e que não acontece de forma rotineira, a

maioria, 20% tabela 24, indicou a necessidade de um fluxo de caixa, seguidos de 10% que indicaram que a atual forma é boa, porém poderia ser seguida de um fluxo de caixa. Isto posto, constatou-se que a maior necessidade informacional, por parte dos entrevistados, nessa demonstração, é um demonstrativo do fluxo de caixa.

5.1.2.9 Conclusões sobre as IANs- informações anuais

A maioria dos entrevistados, 76% tabela 25, indicou a não utilização das informações sobre a estrutura do capital e controle acionário. Esta conclusão é obtida com a soma dos que indicaram estrutura do capital e controle acionário.

Dos que indicaram as suas necessidades informacionais que essa demonstração não informa, somente 10% indicaram que gostariam que esta contivesse o fluxo de recursos (caixa), 10% gostariam que esta contivesse detalhes de investimentos que geram retorno a curto prazo, e 10% gostariam que contivesse a diferenciação entre os setores empresariais e tendências de novos projetos. Não sendo possível assim identificar uma maioria significativa.

5.1.2.10 Conclusões sobre as demonstrações financeiras padronizadas

Dos entrevistados, a maioria, 50% Tabela 27, afirmaram não utilizar dessa demonstração itens não financeiros ou não circulantes. E 70%, tabela 28 identificaram maiores detalhes circulantes ou financeiros, se somadas as necessidades informacionais que estes gostariam que essa demonstração apresentasse rotineiramente

5.1.2.11 Conclusões sobre as demonstrações resumidas

A maioria dos entrevistados, 81% Tabela 29, afirmaram que essa demonstração não ajuda o seu trabalho. Desses, 45%, afirmaram que o motivo desse fato é que estas são resumidas demais.

5.1.2.12 Conclusões sobre a atual divulgação de informações

Dos entrevistados, 90% afirmaram que a atual forma de divulgação das informações obrigatórias atende as suas expectativas informacionais na área financeira. Desses entrevistados, 60% afirmaram que essas atendem, porém podem ser melhoradas. Isto posto pode-se concluir que apesar das demonstrações contábeis obrigatórias terem uma evidenciação de informações que atende as necessidades dos gestores financeiros entrevistados, estas tem que ser melhoradas e adaptadas para se enquadrarem no trabalho de gestão financeira.

5.1.2.13 Conclusões sobre as informações voluntárias

A maioria dos entrevistados, 80% Tabela 31, afirmaram que gostariam que fosse obrigatória a divulgação de informações relacionadas ao fluxo de caixa da empresa. Isto posto conclui-se que a evidenciação de uma demonstração do fluxo de caixa atenderiam de maneira mais eficaz a área financeira.

5.1.2.14 Conclusões sobre outros conjuntos de informações

A totalidade dos gestores financeiros entrevistados afirmou que utilizam-se de relatórios sobre a gestão ou fluxo de caixa, que não são evidenciados de forma obrigatória, para que seu trabalho possa apresentar qualidade. Esta observação confirma a necessidade

informativa de um demonstrativo de fluxo de caixa para a gestão financeira das empresas.

5.1.2.15 Conclusões sobre índices e quocientes

Os índices mais utilizados, por parte dos gestores financeiros entrevistados, são os índices de liquidez (liquidez geral, seca e imediata; capital de giro etc.), indicadores de endividamento e estrutura participação do capital de terceiros, grau de endividamento, nível de imobilizações etc.), e quociente de rentabilidade.

Os menos utilizados, por parte dos gestores financeiros entrevistados, são os indicadores de insolvência (fator de insolvência de Kanitz, função discriminante de Pereira da Silva etc.)

5.1.3 Conclusões gerais das respostas às questões de pesquisa:

a) A atual divulgação de informações obrigatórias (exigidas pela Lei 6.404/76, atos normativos da CVM e regulamentos do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza), por meio de demonstrativos contábeis, atende as expectativas informacionais dos gestores financeiros?

- Atendem, porém não são suficientes;
- Demonstrativos que mais atendem - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- Demonstração que menos atendem - ITR's – Informações Trimestrais

b) As informações úteis à análise dos gestores financeiros vêm sendo evidenciadas nos demonstrativos contábeis obrigatórios?

- Em parte;
- As mais evidenciadas – capital circulante Líquido no Balanço Patrimonial;
- As menos evidenciadas – atualização do circulante a valor de mercado, principalmente estoques.

c) Quais informações os gestores financeiros desejam que sejam evidenciadas nos relatórios periódicos anuais face as suas necessidades?

- Balanço Patrimonial – detalhamento do circulante, com estoques a valor de mercado;
- Demonstração do Resultado do Exercício – resultado financeiro;
- Demonstração das origens e Aplicações de Recursos – detalhes sobre o capital circulante líquido;
- Demonstrações Contábeis Consolidadas – detalhes do circulante e quadro comparativo entre as empresas;
- Informações Trimestrais ITR's – fluxo de caixa;
- Informações Anuais IAN's – fluxo de recursos.

- Outras – demonstração do fluxo de caixa. Esta indicada, pelos gestores financeiros respondentes, como a de maior necessidade para os seus trabalhos.
- d) Quais informações os gestores financeiros acham desnecessárias para o seu trabalho que vêm sendo evidenciadas de forma obrigatória nos demonstrativos contábeis?
- Balanço Patrimonial – ativo permanente;
 - Demonstração do Resultado do Exercício – despesas que não representam desembolsos;
 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – todas, pois não são circulantes;
 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – transferência de reservas para capital;
 - Notas Explicativas – equivalência patrimonial;
 - Demonstrações Contábeis Consolidadas – itens não circulantes;
 - Informações Trimestrais ITR's – todas;
 - Informações Anuais IAN's – estrutura do capital e controle acionário;
 - Demonstrações Financeiras Padronizadas – itens não circulantes

5.2 Sugestões a futuras pesquisas

A realização de pesquisas visando a identificação dos usuários da informação contábil e suas necessidades informacionais, devem ser cada vez mais incentivadas, quer através das Universidades, dos Órgãos de Classe Contábil ou dos Órgãos Regulamentadores e Normativos.

Neste aspecto, pode-se direcionar futuras pesquisas sobre o assunto, as saber:

- pesquisas junto aos analistas de investimentos, visando identificar quais informações, extraídas das demonstrações contábeis, são utilizadas, no seu processo de avaliação de empresas;
- pesquisas que visem verificar quais empresas melhor se comunicam com o mercado, através da adequada evidenciação de informações nos seus aspectos de forma de apresentação, detalhamento, conteúdo e divulgação;
- pesquisas visando identificar o uso das informações contábeis evidenciadas de forma obrigatória, por parte de gestores de custo, ou por parte de planejadores de investimentos empresariais;
- pesquisas visando identificar a importância das informações contábeis obrigatórias às necessidades informacionais de empresas concorrentes;
- Pesquisas que tenham o objetivo de verificar se as informações de evidenciação obrigatória, exigidas pela Lei 6.404/76 e atos normativos da CVM- Comissão de Valores Mobiliários, vem sendo divulgadas, através de levantamento do banco de dados da CVM;

- pesquisa que visem identificar a utilização das informações evidenciadas de forma obrigatória, pelos demonstrativos contábeis, nos modelos decisórios de planejamento estratégico empresarial;
- pesquisa que avalie a utilização das informações obrigatórias, nas demonstrações contábeis, na gestão financeira de outras regiões ou outros pólos de desenvolvimento

5.3 Recomendações

Face a esse estudo realizado, identificou-se algumas recomendações que podem ser levadas em consideração pelos órgãos de controle e regulamentações do processo de elaboração e evidenciação de informações contábeis obrigatórias, a saber:

- os responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis obrigatórias deveriam fazer um estudo da necessidade informacional das áreas estratégicas das empresas, antes de concluírem as demonstrações;
- poderia-se adotar a demonstração do fluxo de caixa, utilizada nos Estados Unidos, em substituição à demonstração das origens e aplicações de recursos;
- a demonstração do resultado do exercício poderia ser elaborada, separando-se os itens financeiros dos não financeiros. Tal procedimento faria a evidenciação comparativa do lucro ou prejuízo financeiro com o contábil;
- a CVM- Comissão de Valores Mobiliários poderia exigir maior detalhamento do parecer de auditoria que ressaltasse informações relevantes;
- os formulários da CVM- Comissão de Valores Mobiliários ITRs – Informações Trimestrais, IANs – Informações Anuais, e DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas poderiam evidenciar itens mais financeiros, uma vez que as demonstrações financeiras mais utilizadas apresentam as informações baseadas no regime de competência;

- as demonstrações contábeis consolidadas poderiam trazer em anexo o quadro comparativo das empresas com as informações que geraram tal demonstração;
- as notas explicativas poderiam ser evidenciadas em forma de quadros ou formulários, dessa forma evitaria omissões quanto à alguns aspectos que auxiliam o trabalho de alguns usuários;
- as demonstrações resumidas, de que trata a IN 207 CVM, deveriam apresentar quadros detalhados de seus valores, que ficariam à disposição de usuários ou investidores na própria CVM;
- os conselhos regionais de contabilidade poderiam apresentar um arquivo de demonstrações contábeis obrigatórias com quadros detalhados, se necessário, das informações publicadas e enviadas à CVM, e com isso facilitar o acesso às informações em localidades diversas.

6 BIBLIOGRAFIA

- AAA- American Accountants Association. Apud PEREDA, Jorge T. *Evolucion del concepto de contabilidad atraves de sus definitions*. Contaduria, n.13, Medellin : Universal de Antioquia, septiembre 1988.
- AICPA, American Institute of Certified public Accountants. *Report of study group on objectives of financial statements*. 1973 p. 55 apud KAM, Vernon. *Theory accounting*. Califórnia: John Wiley 7 Sons, 1982.
- AICPA, 1961. p. 36-38. In: BUZBY, Sthefen L. *The nature of adequate disclousure*. The Journal of Accountancy. New York Apryl, 1974
- ANDRADE, Álvaro P. *Estudo sobre as preferências dos usuários das demonstrações contábeis relativas ao uso de terminologias contábeis técnicas versus terminologias contábeis descritivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1990. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Contábeis) – Instituto Superior de Estudos Contábeis – ISEC, Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- APB, Accouting Principles Board, Apud HENDRIKSEN, Eldon S. *Accounting theory*. Ilinóis: Richard D. Irwing, Inc. 1982.
- BENEDETTI, Roberto. *Contabilidade técnica e prática*. São Paulo: Scipione, 1990.
- BIO, Sérgio Rodrigues. *Sistemas de informações: um enfoque gerencial*. São Paulo: Atlas, 1996.
- BRAGA, Roberto. *Fundamentos e técnicas de administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1989.
- BUZBY, Sthefen L. *Selected Items of information and their disclosure in annual reports*, The Accounting Review, New York. july 1974.
- CAUTELA, Alciney Lourenço e POLLONI, Enrico Giulio Franco. *Sistemas de informação na administração de empresas*. São Paulo: Atlas, 1988.
- DRUCKER, Peter F. *As novas realidades: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo* 3 ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- FASB, Financial Accounting Standards Board. *Statement of financial accounting concepts nº 1: objectives of financial reporting by Business Enterprises*, 1978. p. 5 apud Accounting Standards – *Statements of financial accounting conceps 1-6*. Satamford, 1986

- FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – USP. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. *Auditoria contábil*. 2ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GIL, Antonio de Loureiro. *Sistemas de informações: contábil, financeiros*. São Paulo: Atlas, 1992.
- GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 7ed. São Paulo: Harbra, 1997.
- GONSALVES, Eugênio Celso e BATISTA, Antônio Eustáquio. *Contabilidade geral*. São Paulo: Atlas, 3ed., 1993.
- IBRACON, Instituto Brasileiro de Contadores. *Princípios contábeis – normas e procedimentos de auditoria*. São Paulo: Atlas, 1988.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análises de balanços*. São Paulo: Atlas, 1988.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade introdutória: equipe de professores da faculdade de economia, administração e contabilidade da USP*; 8ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 2ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- LAURETTI, Lélío. *Relatório anual: o que uma sociedade por ações deve informar aos investidores*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTINS, Eliseu. ASSAF NETO, Alexandre. *Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias*. São Paulo: Atlas, 1986.
- MCCULLERS, L.D. e DANKER, Relmond P. V. *Introdução à contabilidade financeira*. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.
- MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 3ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- MOONITZ, Maurice. *Accounting research study n. 1. The basic postulares of accounting*, New York:
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas de informações gerenciais*. São Paulo: Atlas, 1993.
- PADOVESE, Clóvis Luís. *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. São Paulo: Atlas, 1994.
- SANVICENTE, Antonio Zorato. *Administração financeira*. 3ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 3ed. São Paulo: Atlas, 1995.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

WALTER, Milton Augusto. *Introdução à análise de balanços*. São Paulo: Saraiva, 1988.

7 ANEXO

QUESTIONÁRIO

1. Empresa onde trabalha:.....
2. Formação acadêmica universitária:
3. Pós-graduação: () SIM Qual?..... () NÃO
4. Anos de experiência como Gestor Financeiro:
5. Cargo que ocupa:
6. Quais procedimentos/etapas de análise econômica/financeira antecedem suas decisões:
.....
.....
7. Numere em ordem decrescente a importância, dentro do seu processo de análise, das fontes de informações para a gestão financeira da empresa em que você trabalha?
() Artigos e entrevistas publicados em jornais e revistas especializadas
() Demonstrações Contábeis divulgadas em jornais
() Balancetes Mensais da empresa
() Notícias veiculadas pela imprensa
() Reuniões dos administradores e outras
() Outras fontes. Quais?.....
8. No seu modelo de gestão financeira, qual a intensidade de uso dos seguintes conjuntos de informações publicados?

Conjunto de Informações	Usa Integral	Usa Parcial	Não Usa
BP – Balanço Patrimonial	()	()	()
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício	()	()	()
DMPL – Dem. Das Mutações do Patr. Líquido	()	()	()
DOAR – Dem. Das Origens e Aplic de Recursos	()	()	()
Notas Explicativas	()	()	()
Parecer dos Auditores Independentes	()	()	()
Demonstrações Contábeis Consolidadas	()	()	()
ITRs – Informações Trimestrais	()	()	()
IAN – Informações Anuais	()	()	()
DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas	()	()	()

9. Numa escala de 0 a 5, qual nota você atribui à atual forma de divulgação dos conjuntos de informações que seguem, tendo em vista as necessidades informacionais para o seu trabalho?

Conjunto de Informações	Min _____ Max					
BP – Balanço Patrimonial	0	1	2	3	4	5
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício	0	1	2	3	4	5
DMPL – Dem. Das Mutações do Patr. Líquido	0	1	2	3	4	5
DOAR – Dem. Das Origens e Aplic de Recursos	0	1	2	3	4	5
Notas Explicativas	0	1	2	3	4	5
Parecer dos Auditores Independentes	0	1	2	3	4	5
Demonstrações Contábeis Consolidadas	0	1	2	3	4	5
ITRs – Informações Trimestrais	0	1	2	3	4	5
IAN – Informações Anuais	0	1	2	3	4	5
DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas	0	1	2	3	4	5

10. Quais informações, apresentadas no balanço patrimonial, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

.....

.....

.....

11. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que o balanço patrimonial apresentasse?

.....

.....

.....

12. Quais informações, apresentadas na DRE – Demonstração do Resultado do Exercício, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

.....

.....

.....

13. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que a DRE - Demonstração do Resultado do Exercício apresentasse?

.....
.....
.....

14. Quais informações, apresentadas na DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

.....
.....
.....

15. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que a DOAR - – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos apresentasse?

.....
.....
.....

16. Quais informações, apresentadas na DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, você considera desnecessário (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

.....
.....
.....

17. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que a DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresentasse?

.....
.....
.....

18. Das Notas Explicativas Obrigatórias, a seguir apresentadas, quais você considera/utiliza no seu processo de gestão financeira? Se necessário, faça observações.

NOTAS EXPLICATIVAS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais			
Mudança de critérios contábeis			
Ajuste a valor presente			
Crítérios de elaboração, indexador utilizado, critério de vinculação dos ganhos nos itens monetários, etc. das demonstrações pela correção monetária integral			
Crítérios adotados na consolidação, percentual de participação, base e fundamentos para amortização etc.			
Provisão para créditos de liquidação duvidosas			
Reavaliação de ativos			
Ativo diferido, empreendimentos em fase de implantação			
Investimentos societários no exterior			
Transação entre partes relacionadas			
Equivalência patrimonial			
Leasing (arrendamento mercantil)			
Debêntures			
Vendas ou serviços a realizar			
Capital social autorizado			
Ações em tesouraria			
Opções de compras de ações			
Ajustes de exercícios anteriores			
Detalhamento das reservas do patrimônio líquido			
Retenção de lucros			
Reservas e lucros a realizar			
Dividendos propostos			
Dividendos por ação			
Onus, garantias e responsabilidades eventuais ou contingentes			
Eventos subsequentes			
Capacidade ociosa			
Continuidade normal dos negócios			
Aposentadoria e pensões			
Remuneração de administradores			

19. Em que situações o Parecer dos Auditores Independentes interfere no seu processo de Gestão Financeira?

.....
.....

20. O conteúdo dos Pareceres dos Auditores Independentes resulta em fácil entendimento no que concerne à situação das demonstrações contábeis utilizadas no seu processo de gestão financeira? Explique.

.....
.....
.....
.....

21. Quais informações, apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

.....
.....

22. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que as demonstrações contábeis consolidadas apresentassem?

.....
.....

23. Quais itens de informações, apresentadas nas ITRs- Informações trimestrais, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

.....
.....

24. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que as ITRs- Informações trimestrais apresentasse?

.....

25. Quais informações, apresentadas nas IAN- informações anuais, você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?

.....

26. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que as IAN – Informações anuais apresentasse?

.....

27. Quais informações, apresentadas nas DFP – Demonstrações financeiras padronizadas você considera desnecessárias (não utiliza) no seu processo de gestão financeira?.

.....

28. Que tipo (ou forma) de informações você gostaria que as DPF – Demonstrações financeiras padronizadas apresentasse?

.....

29. De acordo com a instrução CVM nº 207/94 as demonstrações financeiras, pela correção monetária integral, das companhias abertas, poderão ser publicadas de forma resumida nos jornais de grande circulação na localidade em que se situe a bolsa de valores na qual a empresa tenha o seu maior número de ações negociadas, determinando, entretanto, o mínimo de informações que devem conter as publicações: Balanço Patrimonial condensado, demonstração sintética do Resultado do Exercício, proposta de distribuição do resultado do exercício, informação sobre o lucro/prejuízo por ação, referências ao

parecer do auditor independente e indicação dos jornais e datas de publicação das demonstrações financeiras ordenadas pela Lei 6.404/76.

Essas publicações de forma resumida, naqueles jornais, auxiliam no seu processo de gestão financeira? Explique:

.....

30. De maneira geral, a atual forma de divulgação de informações obrigatórias atende as expectativas informacionais para o seu trabalho? Comente.

.....

31. Quais informações voluntárias, em sua opinião, deveriam ser divulgadas de forma obrigatória?

.....

32. No seu modelo de gestão financeira há outros conjuntos de informações que você utiliza? Quais?

.....

33. Quais os grupos de índices ou quocientes, extraídos das demonstrações financeiras, compõem o seu sistema de informações enquanto gestor financeiro?

() Índices de liquidez (liquidez geral, seca e imediata; capital de giro etc.)

() Indicadores de insolvência (fator de insolvência de Kanitz, função discriminante de Pereira da Silva etc.)

() Indicadores de endividamento e estrutura (participação do capital de terceiros, grau de endividamento, nível de imobilizações etc.)

() Quocientes de Rentabilidade

() Indicadores de atividades ou eficiência (prazo médio de estocagem, cobrança, pagamento de fornecedores, giro do ativo etc..)

() Outros. Quais?

.....
.....

Local e Data

...../...../.....

Carimbo e assinatura do gestor financeiro/ respondente.

.....